



Universidade de Brasília  
**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Ciência Política**

**ALEXANDRE GONÇALVES BOLZAN MENEGHEL**

**NETWAR NO BRASIL**  
O Caso Ianomâmi

**Brasília**  
**2019**

**ALEXANDRE GONÇALVES BOLZAN MENEGHEL**

**NETWAR NO BRASIL**

O Caso Ianomâmi

Monografia apresentada ao Instituto de  
Ciência Política da Universidade de  
Brasília - UnB, como requisito para  
obtenção do grau de bacharel em Ciência  
Política.

Orientador: Leandro do Nascimento  
Rodrigues.

**Brasília  
2019**

**ALEXANDRE GONÇALVES BOLZAN MENEGHEL**

**NETWAR NO BRASIL  
O Caso Ianomâmi**

Monografia apresentada ao Instituto de  
Ciência Política da Universidade de  
Brasília - UnB, como requisito para  
obtenção do grau de bacharel em Ciência  
Política.

Orientador: Leandro do Nascimento  
Rodrigues.

Brasília, 10 de Janeiro de 2019.

Banca Examinadora

---

**PROFESSOR LEANDRO DO NASCIMENTO RODRIGUES**  
Universidade de Brasília

---

**GRAZIELA DIAS TEIXEIRA**  
Universidade de Brasília

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,  
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE  
ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

MENEGHEL, Alexandre Gonçalves Bolzan  
Netwar no Brasil: o caso ianomâmi.

Alexandre Gonçalves Bolzan Meneghel – Brasília 2018, 94  
páginas.

Orientador: Prof. Leandro do Nascimento Rodrigues, Mestre e  
Doutor.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia - Graduação) –  
Universidade de Brasília, 2º semestre letivo 2018.

1. Netwar. 2. Organizações Não-Governamentais. 3. Caso  
Ianomâmi. I. Instituto de Ciência Política – IPOL da Universidade de  
Brasília.



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, antes de tudo, a Deus, autor da verdade, e a seu filho, Jesus Cristo, da humanidade Redentor e Pedagogo.

Aos professores Bruno Vieira de Macedo e Leandro do Nascimento Rodrigues. Ao primeiro, por ter me guiado através dos estudos que culminaram neste trabalho monográfico; ao segundo, por ter me dado apoio acadêmico durante a minha graduação, principalmente neste momento.

Aos familiares, cujo apoio é necessário a qualquer homem.

E, por último, ao professor Olavo de Carvalho, o velho filósofo que vem me curando da burrice.

“A maior força que existe é a  
personalidade humana”  
Goethe

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a ação das ONGs ambientalistas e indigenistas, nacionais e internacionais, durante todo o processo de demarcação da Terra Indígena Ianomâmi. Para fazer isto, foi necessário recorrer ao conceito de *netwar* e toda a metodologia lhe envolve, haja visto que a maioria das organizações políticas que não são parte do Estado recorrem ao modo de articulação em redes desde o advento da Era da Informação. Trabalhar com tal conceito exigiu que fosse feita toda uma cronologia da articulação das ONGs, remetendo-se a meados da década de 50, que, como tudo indica, foi quando começou, indo até o ano de 1992, quando a reserva indígena foi finalmente demarcada. Posteriormente, é feita uma análise utilizando a metodologia proposta para se lidar com uma *netwar*. Ambas as coisas deram base à conclusão. É preciso mencionar que um dos mais importantes casos de *netwar* no mundo ocorreu no México, envolvendo questões indígenas e todo um contexto social e político semelhante ao que tinha ocorrido, anos antes, no norte do Brasil; por isso, ele foi frequentemente tomado como comparação ao longo deste trabalho.

Palavras-chave: Ianomâmi; Netwar; Organizações Não-Governamentais.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the action of indigenous and environmental NGOs through all the demarcation process of the Yanomami Indigenous Land. To do so, it was necessary to resort to the concept of netwar and all the methodology around it, because mostly of the political organizations that are not part of the state resort to the network forms of organization since the advent of the so called Information Age. Work with such as concept demanded be done a whole chronology of the case, starting from the fifties, when all started, according to evidences, going until 1992, when finally the indigenous land was demarcated. After this, an analysis was using the proposed methodology to deal with a netwar. Both of these supported the conclusion. Is needed to mention that one of the most important cases of netwar in the world happened in Mexico, involving indigenous questions and a whole social and political context very similar to the Brazilian's one, even though it occurred years before; because of this, it is frequently been taken into comparison in this work.

Key words: Yanomami; Netwar; Non-governmental Organization;

## LISTA DE FIGURAS

### FIGURAS

Figura 1 – Esquema do caso zapatista	23
Figura 2 – A Reserva Ianomâmi	28
Figura 3 – Etnias que, segundo Menna Barreto, viraram Ianomâmis	31
Figura 4 – A primeira fase da atuação da rede	56
Figura 5 – A criação da CCPY	59
Figura 6 – A atuação das organizações de cunho religioso	62
Figura 7 – A rede esquemática	64
Figura 9 – A rede da fase final	68

## LISTA DE SIGLAS e Acrônimos

AAA	American Anthropological Association
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
CCPY	Comissão Pró-Yanomami
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CIIR	Catholic Institute of International Relations
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONPAZ	Comunidades Construyendo Paz en los Territorios
EDF	Environmental Defense Fund
EIR	Executive Intelligence Review
EZLN	Ejército Zapatista de Liberación Nacional
FOE	Friends of the Earth
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEVA	Missão Evangélica da Amazônia
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Oxfam	Oxford Famine
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
SC	Survival Cultural
SI	Survival International
SIL	Summer Institute of Linguistics
TL	Teologia da Libertação
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza
UNESCO	Organização da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	World Wildlife Fund

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 A NETWAR NO MÉXICO</b> .....	<b>17</b>
1.1 O OLHAR DE ARQUILLA E RONFELDT .....	17
1.2 O OLHAR DE LORENZO CARRASCO.....	22
<b>2 A RESERVA IANOMÂMI EM SI</b> .....	<b>27</b>
<b>3 O OFICIAL, AS ONGS E A FARSA</b> .....	<b>29</b>
3.1 QUEM FOI MENNA BARRETO .....	29
3.2 A INEXISTÊNCIA IANOMÂMI .....	30
<b>4 OS PRIMEIROS ANOS</b> .....	<b>32</b>
4.1 OS ANOS 50 E ANTERIORES – A PACIFICAÇÃO .....	32
4.2 OS ANOS 60 .....	33
<b>5 OS ANOS 70</b> .....	<b>37</b>
5.1 O CLIMA MUNDIAL DA ÉPOCA .....	37
5.2 O NORTE DO BRASIL.....	38
5.2 A DIOCESE DE RORAIMA .....	42
<b>6 OS ANOS 80 E A VERDADEIRA PRESSÃO</b> .....	<b>44</b>
6.1 BREVE RELATO DE MENNA BARRETO E A MÍDIA .....	44
6.2 A ÁREA CONTÍNUA .....	46
6.3 AS TRÊS FASES DO ATAQUE .....	47
6.4 OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS DA DÉCADA.....	49
<b>7 A DÉCADA DE 80 E O DESFECHO</b> .....	<b>50</b>
7.1 O LOBBY PRÓXIMO A COLLOR.....	50
7.2 A HOMOLOGAÇÃO .....	50
<b>8 A ANÁLISE DA REDE</b> .....	<b>54</b>

8.1 A ORGANIZAÇÃO .....	54
8.1.1 Os estágios iniciais.....	54
8.1.2 A criação da CCPY.....	57
8.1.3 A Teologia da Libertação.....	60
8.1.4 O formato final.....	65
8.2 A NARRATIVA .....	67
8.2.1 Uma narrativa em si .....	67
8.2.2 A estória contada pelos ativistas.....	69
8.2.3 O CMI.....	72
8.2.4 A narrativa maior.....	75
8.3 A DOCTRINA .....	77
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

Longe do que foi dito e reproduzido por diversos jornais, estudos e livros de antropólogos famosos, a questão ianomâmi e todos os conflitos que a cercam não foram frutos de embates entre garimpeiros, fazendeiros e o Estado brasileiro de um lado *versus* os indígenas e seus ativistas protetores do outro. Como se verá, trata-se de uma questão extremamente mais profunda. O principal motivo disto é o envolvimento de um vasto aparato de ONGs estrangeiras e nacionais – ambientalistas e indigenistas – e suas estratégias de atuação que exigem uma análise digna de uma trama política.

Para fazer tal análise, tive de recorrer a pesquisas de dois intelectuais americanos da Rand Corporation: John Arquilla e David Ronfeldt (2000). A Rand é uma organização sem fins lucrativos cujo propósito é fornecer estudos que sirvam como guia para tomadores de decisões dos Estados Unidos. Logo, Arquilla e Ronfeldt (2000) elaboraram alguns deles sobre um novo fenômeno na política mundial que estava deixando os agentes estatais daquele país desorientados: a guerra em rede, ou *netwar*.

Esses estudos começaram da seguinte forma: em meados da década de 90, ambos vinham percebendo uma nova tendência de organização de forças políticas, e que indicava um crescimento ainda maior no novo milênio que adentraria por causa do cenário mundial mais globalizado e das novas tecnologias de comunicação. Este quadro era percebido pelos estudiosos principalmente por causa de fenômenos das décadas anteriores que pareciam ser novidade no jogo político. Novos atores começaram a adquirir um peso formidável nas relações entre o Estado e a sociedade, ou mesmo na ordem internacional (ARQUILLA; RONFELDT, 1990).

Entidades como organizações terroristas, quadrilhas internacionais e grupos paramilitares começaram a surgir de um lado; e por outro, ativistas organizados, grupos de pressão da sociedade civil, protestos em massa etc. pululavam mundo afora, principalmente nos países do Ocidente. Ambos os pesquisadores então decidiram estudar mais a fundo a natureza desses novos fenômenos da segunda metade do século XX, pois todas essas entidades pareciam ter algo semelhante entre si no modo de agir, ainda que a finalidade seja completamente oposta, no caso de ativistas e organizações terroristas, por exemplo, e resolveram vasculhar

bibliografias de estudos anteriores sobre o assunto. O fim era responder as perguntas: quem são e como agem os novos atores do cenário político global?

Uma das primeiras conclusões a que chegaram é que estes novos atores não se organizam no modo tradicional. Este era justamente o problema: os analistas políticos estavam acostumados a olharem o cenário mundial como choque entre Estados; e eis que atores não estatais começaram a aparecer fortes no tabuleiro. Estes mesmos analistas observaram esses novos atores sob um ponto de vista tradicionalmente aceito e praticado, que era o de dissecá-los sob um ponto de vista hierárquico, além de ligarem-nos a outros Estados, como se estivessem a serviço do país X ou Y, e as dificuldades aumentaram ainda mais.

A explicação disto era o fato de que esses novos atores não se organizavam de modo hierárquico, tal qual era feito pelos Estados, mas sim em um formato não hierárquico, no qual membros de uma organização, ou várias organizações com fins em comum associam-se, mutuamente ou não, para transmitir planos, doutrinas, narrativas etc. de modo que suas ações sejam coordenadas, precisas e eficientes, mas sem que seus inimigos saibam exatamente onde esteja “a cabeça da coisa”. Esse modo não hierárquico, que permite alta independência entre agentes e maleabilidade na ação ficou conhecido como formato em rede – *network* (ARQUILLA; RONFELDT, 1990).

Quando essas redes eram postas em ação contra estruturas estatais, os agentes representantes destas estruturas ficavam como que cegos em tiroteios: sem saber exatamente de onde vêm os tiros. Acostumados estavam, como mencionei, a lidar com outras estruturas hierárquicas, principalmente em operações militares, mas e quando o inimigo parecia não ter líder? A estes conflitos, envolvendo redes, deu-se o nome de *netwar*. Sem deixar de lembrar que este termo pode caracterizar tanto um Estado negociando políticas públicas ambientais com redes de ativistas, quanto instituições de inteligência militares tentando dar cabo de células terroristas. O que importa, novamente, não é a finalidade dos agentes em questão, e sim o modo como se organizam (ARQUILLA; RONFELDT, 1990).

Acima de tudo, o ponto que justamente incomodava era o fato de que as ações coordenadas por agentes organizados em rede funcionavam naquela época, e ainda funcionam até hoje, de modo magistral. Tentando inteirarem-se das minúcias desses novos atores, os ávidos pesquisadores amparados em uma ampla bibliografia, debruçaram-se sobre eles e elaboraram uma série de ferramentas para

dissecá-los e, finalmente, entendê-los. Não basta saber que agem em redes, é preciso saber ainda como elas funcionam. Ao fazer isto, descobriram uma série características intrínsecas ao modo de organizar-se em rede, como esperado, incluindo aí valores, doutrinas, narrativas, modos de agir, de comunicar, de articular etc. Com base nisto, elaborou-se toda uma metodologia de análise de redes de agentes, que ajuda não só a explicar como funcionam, mas também porque funcionam, junto às consequências práticas advindas da existência delas.

Não haverá um capítulo especial para apresentar-vos todas as nuances da metodologia de análise da *netwar*. Demandaria longuíssimas e exaustivas páginas, por mais que este assunto desperte interesse em muitos. E como a melhor maneira de se aprender algo é vendo como funciona na prática, assim será feito nesta obra. A análise da rede junto à sua disposição metodológica ser-vos-á apresentada junto aos acontecimentos e agentes envolvidos na trama em torno da campanha de demarcação da reserva ianomâmi.

Menna Barreto (1995) foi um desses agentes; era o oficial do Exército Brasileiro responsável pela guarda da fronteira do norte de Roraima com a Venezuela. Lá ficou durante alguns anos; tempo necessário para conhecer de perto a conjuntura local: o vazio demográfico, as diversas tribos indígenas nativas da região, as relações entre indígenas e a sociedade, a quase ausência de Estado etc. Cerca de uma década depois, lá retornou como Secretário de Segurança de Roraima, por força de ocasiões. Nestes dois períodos lhe foi permitido ver de perto a ação das entidades não estatais que figuram centralmente nos conflitos em rede. No seu caso, tratava-se de ONGS ambientalistas e indigenistas que se movimentavam incansavelmente para supostamente defender uma tribo indígena que ele nem sabia que lá habitava.

Escolhi-o justamente porque, como um exímio representante do Estado, Menna Barreto presenciou episódios chave do conflito ianomâmi que é, por sua vez, um exímio caso de *netwar*. Como dito, as guerras em rede envolvem em sua esmagadora maioria entidades não estatais agindo para impor seus interesses perante Estados, e neste bate-rebate de forças, os agentes estatais ficam atordoados com essas entidades por causa de sua forma de organização; foi assim que Menna Barreto ficou. Apesar de presumir de modo acertado os interesses dessas organizações, e lhes desmentir as narrativas, o oficial do Exército não sabia muito bem a quem serviam, nem como se organizavam (BARRETO, 1995).

Partindo dessa perspectiva então, complementando-lhe a visão, será o desenrolar da obra. Como se pegasse um quebra-cabeça incompleto, mas com algumas partes montadas, e acrescentasse-lhe outras peças, que ajudariam a ter um panorama bem maior e preciso da imagem em questão. Essas peças encontram-se nos livros que utilizei como base bibliográfica; encaixá-las-ei no olhar de Menna Barreto (1995) e veremos que assim o fazem perfeitamente. Nomes, datas, documentos, acontecimentos, etc. dados em seu livro serão ligados aos demais que os desencadearam. No final, ficará clara a movimentação das ONGs não vista por nosso intrépido oficial, e a metodologia de Arquilla e Ronfeldt (2000) deixará mais nítida ainda a estratégia utilizada.

Porém, antes, tanto por causa da facilidade que proporcionará quanto pelas incríveis semelhanças, farei um resumo da aplicação dos estudos da *netwar* no caso zapatista, no México. Este capítulo será como um corredor que enquanto nos encaminha aos cômodos, familiariza-nos com o ambiente da casa. Ver o que aconteceu no Estado de Chiapas – local dos conflitos zapatistas envolvendo ONGs, uma guerrilha e o Governo mexicano – utilizando a metodologia de Arquilla e Ronfeldt (2000) aplicada por eles mesmos será de grande valia no momento em que olharmos para Roraima e Amazonas. No capítulo seguinte abordarei os aspectos geográficos da Terra Indígena Ianomâmi: suas dimensões, posicionamento, população, entre outros dados. É necessário conhecer antes o cenário em que tudo ocorreu. Nos demais, de modo cronológico, se dará a análise tal qual prometido. No capítulo final será já possível abordar a estratégia como um todo, e extrair-lhe conclusões valiosas sobre como agiram as ONGs no caso ianomâmi.

Ao cabo de toda a obra, ter-se-á um diagnóstico bastante preciso do que realmente aconteceu no norte de Roraima e Amazonas. Será nítido que o que é caricaturalmente visto como apenas mais um conflito entre o homem branco ganancioso e o indígena protetor da natureza era, na verdade, mais um capítulo da *netwar* no mundo.

## Capítulo 1: A NETWAR NO MÉXICO

### 1.1 O olhar de Arquilla e Ronfeldt

*Many people with cloudy minds in Mexico responded to what happened in Chiapas by saying, "Here we go again, these rebels are part of the old Sandinista-Castroite-Marxist-Leninist legacy. Is this what we want for Mexico?" The rebels proved exactly the contrary: Rather than the last rebellion of that type, this was the first post-communist rebellion in Latin America (FUENTES, 1994, p. 172 apud ARQUILLA; RONFELDT, 2000, p. 171)*

Em 1994 o Governo mexicano viu-se surpreendido por uma insurgência armada que se ergueu contra si em seu estado mais pobre, Chiapas. Localizado no sul do país, em região fronteiriça, este estado foi palco de ascensão do grupo guerrilheiro zapatista autointitulado Exército Zapatista de Libertação Nacional - ELZN. Suas demandas consistiam, basicamente, em melhores condições de vida para os povos daquele estado, principalmente indígenas, e mais autonomia aos mesmos (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

Seria mais um caso de guerrilha como tantos outros mundo afora, e não muito proveitoso seria pro estudo da Questão lanomâmi se não houvesse um influxo enorme de ONGs ambientais, cujos ativistas – em sua maioria americanos e canadenses – fizessem com que uma mera questão local chamasse atenção à opinião pública mundial (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Logo, a insurgência que seria facilmente reprimida pelo Exército Mexicano fez com que o Governo fosse pressionado pelo mundo inteiro, reagindo timidamente e assinando o famoso acordo de San Andrés.

Assim como o Menna Barreto (1995) anos antes aqui no Brasil não sabia com o que lidava no norte de Roraima, os oficiais mexicanos também não sabiam o que ocorria em Chiapas: estavam diante de uma *netwar*. Tão logo começou a insurgência armada dos guerrilheiros do ELZN, e uma enxurrada de ativistas começaram a fornecê-la suporte de diversas maneiras (ARQUILLA; RONFELDT, 2000); pensava-se que era mais um movimento armado de inspiração leninista, e logo, organizado de modo hierárquico, facilmente reprimível, mas o apoio com que contavam virou o jogo (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

Para traçar os primórdios e rastrear os possíveis fatores que levaram o ELZN a fazer essa revolta, Arquilla e Ronfeldt (2000) voltaram até a década de 80. Encontraram um estado pobre, como disse, mas que, além disso, desde a década mencionada, começou a ser permeado por um influxo de ativistas ambientais, narcotraficantes, missionários protestantes, sacerdotes da teologia da libertação, refugiados guatemaltecos e guerrilhas da América Central. Lá encontraram a população local: mexicanos pobres, milhares de indígenas da etnia maia, grandes fazendeiros e caciques políticos (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

Apesar da relevância desses atores que começaram a circular por lá, atente-me às ONGs ambientais e seus ativistas. Os pesquisadores da Rand (2000) alertaram que, antes mesmo de começar a agir em Chiapas – desde a década de 70, as ONGs formavam redes de atuação baseadas na ideologia ambientalista.

*But their numbers, diversity, and strength have increased dramatically around the world since the 1970s. And mainly since the 1980s, they have developed information-age organizational and technological networks for connecting and coordinating with each other. (ARQUILLA; RONFELDT, 2000, p. 175).*

Em suma, Arquilla e Ronfeldt (2000) viram essa rede mundial formada por diversas ONGs autônomas que se uniam com certa frequência para atingir um fim comum. Segundo eles, faziam isto porque possuíam uma narrativa também comum: a defesa dos direitos humanos, a defesa do meio ambiente e a defesa dos direitos dos povos indígenas. Ora, é esta a função de uma narrativa: fazer com que diversos grupos ou indivíduos criem uma identidade e um propósito comum; é um discurso político que faz com que pessoas sejam atraídas pela causa que pregam e saibam diferenciar-se de seus inimigos e enxergarem seus objetivos (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). A narrativa não só justifica a existência de um grupo e suas ações, como também serve para sensibilizar a opinião pública em contato com elas.

Descrevendo de uma maneira genérica, a narrativa comum das ONGs em questão fez com elas comesçassem a entrar em contato umas com as outras para coordenarem suas ações; e o mais importante: sem perder sua autonomia. Essas entidades então mantinham suas respectivas independências e particularidades, mas começavam a estabelecer conexões de apoio mútuo para atingir fins maiores e mais imediatos (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Fizeram isso não só em escalas locais e regionais, mas numa de alcance global, possibilitadas principalmente pelos

meios de comunicação que, como disse na introdução, alçavam uma evolução rápida (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Pouco foi o espaço de tempo até que houvesse uma rede de incrível alcance global formada por ativistas com uma narrativa comum. Faltava agora um ponto focal personificado numa situação que as unisse e colocasse as conexões em funcionamento.

Falta mencionar ainda que uma narrativa que motiva um grupo não precisa ser 100% coincidente com a narrativa de outro; basta que alguns pontos importantes sejam abrangidos em ambas e que a importância da causa imediata anunciada os afete para que bases de apoio sejam lançadas com sucesso (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Assim, a narrativa de lutar pelos mais oprimidos, com intuito de libertá-los de opressões e injustiças sociais, levada a cabo pelos sacerdotes da teologia da libertação possuía congruências com ONGs da rede.<sup>1</sup> Congruências também havia com as demandas locais indígenas e as encampadas pelo ELZN, logo, por decorrência lógica, se a narrativa das ONGs possuía pontos em comum com a dos padres da TL, e a destes, por sua vez, com os locais, então a narrativa ativista abrangeu algumas demandas locais. Ou, por outro lado – aqui faço uma hipótese – as narrativas dos dois primeiros grupos foram amplamente divulgadas para os locais, tão sedutoras quanto propagandas, e ecoaram em suas mentes, dando-lhes o apoio necessário para suas futuras ações.

De qualquer forma, foram esses sacerdotes da TL em Chiapas quem entraram em contato com a guerrilha do ELZN e com os indígenas locais (ARQUILLA; RONFELDT, 2000) e, fizeram da diocese do estado o nóculo de encontro entre ativistas locais e os membros do ELZN junto à população indígena. Tal foi que Arquilla e Ronfeldt (2000) atribuíram a esses padres o sucesso da insurgência em Chiapas; os estados vizinhos – Oaxaca e Guerrero – também possuem populações indígenas e grupos guerrilheiros, no entanto, nenhum conseguiu um movimento semelhante à insurgência zapatista (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Faltou-lhes sacerdotes da TL que articulassem as revoltas locais

---

<sup>1</sup> Note-se que Arquilla e Ronfeldt (2000) não mencionam em nenhum momento nomes das instituições e/ou de alguns ativistas neste capítulo do livro que compunham então essa rede global, apenas nomes locais, talvez com a intenção de abordar a estratégia de modo geral, sem adentrar em nuances. De qualquer forma, a rede mundial atuante no caso mexicano fica assim por enquanto: nebulosa, sabe-se da existência, mas não se sabe muito bem quem está lá dentro.

com ativistas de ONGs que lhes dessem mais notoriedade; que lhes comprassem a briga, digamos assim.

Os anos passaram-se então, os descontentamentos locais faziam borbulhar o caldeirão político. O canal de contato com diversos outros grupos de pressão (leia-se as ONGs) estava estabelecido. A revolta eclodiu no primeiro dia do ano de 1994, mesmo dia em que o acordo NAFTA celebrado por EUA, Canadá e México passaria a vigorar. Ora, o fim deste acordo era uma das demandas dos guerrilheiros, que viam-no como uma ameaça, segundo contam as narrativas, e serviu-lhes então de estopim (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

A partir de então foi questão de horas: o Governo mexicano que movimentava suas tropas para suprimir a revolta armada viu uma enxurrada de ativistas jorrando por entre suas fronteiras, vindos do Canadá e EUA, em defesa dos zapatistas e dos grupos indígenas locais por eles representados, outrossim, gritando aos quatro cantos do mundo o que acontecia (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Gritavam não por meio de suas gargantas, mas sim de *faxes*, *e-mails*, imprensa e muita propaganda.

O que houve então foi o que Arquilla e Ronfeldt (2000) chamaram de *swarming*. Várias ONGs, coordenando-se entre si suas ações – ou seja, elas não simplesmente desbarataram para ajudar, desordenadas –, focaram simultaneamente suas atenções, esforços e recursos para apoiar a causa zapatista, tendo as forças mexicanas e o Governo como seus inimigos nº1 (ARQUILLA, RONFELDT, 2000). Chama-se *swarming* pois tal movimento assemelha-se ao de abelhas quando têm suas colmeias ameaçadas; o enxame (tradução de *swarming* para o português) converge para um ponto de ataque de modo coordenado, o inimigo fica simplesmente desorientado vendo dezenas ou centenas de abelhas atacando-lhe de uma só vez e vindas de diversas direções (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

O inimigo atordoado, que na situação alegórica podia ser um ser humano ou um urso que revirou um ninho de abelhas, é, no caso em questão, o Governo mexicano (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Subitamente, dezenas de grupos, milhares de ativistas e milhões de representantes daquilo que os pesquisadores chamaram de opinião pública global (ARQUILLA; RONFELDT, 2000), posicionaram-se contra ele, que não teve outra reação senão recuar de suas ações enérgicas e incisivas por sobre os guerrilheiros. Isso ocorreu, pois havia ONGs especializadas em diferentes meios de ação – sem deixar de lembrar que elas eram numerosas -,

então enquanto algumas promoviam ruídos e atraíam a atenção pública mundial, outras promoviam ações de *advocacy*, junto a instituições mexicanas e talvez de outros países, e muito provavelmente até mundiais<sup>2</sup>.

Como então o Governo iria promover por meios bélicos o fim da insurgência se muitos mexicanos e inúmeros outros cidadãos de outros se sensibilizaram pela causa zapatista? Era fazer isto e correr o risco de tornar-se um grande vilão mundial, saída foi então negociar. Poderia até promover a expulsão dessas entidades do país<sup>3</sup>, mas garantiria assim a capacidade de suprimir a revolta sem sofrer represálias? E mais, onde é que estava o líder daquilo tudo? O líder do ELZN até sabia-se, era o famoso Comandante Marcos, já que a entidade era *old-school*, hierarquicamente organizada; mas ela foi abraçada por uma rede de ONGs, muitas delas estrangeiras, quem coordena essa rede?

Uma das questões chave do sucesso das redes perante Estados são suas capacidades de coordenação sem líderes, baseadas em consensos e decisões mútuas (ARQUILLA; RONFELDT, 2000); ou pelo menos sem líderes aparentes. Busca-se a cabeça, para arrancá-la e assim derrubar o corpo, como ensina Sun-Tzu, mas onde é que estava a cabeça? A depender do formato organizacional da rede e do número de entidades envolvidas, responder essa questão é uma tarefa complexíssima. Contudo, o sucesso de ações assim depende principalmente do que Arquilla e Ronfeldt (2000) chamaram de doutrina. A doutrina consiste no corpo de princípios e práticas que guiam os nódulos de uma rede, de modo que eles saibam exatamente o que fazer sem recorrer a um comando central e mantendo certa coerência (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). O *swarming* mencionado anteriormente é um tipo de doutrina. As ONGs do caso zapatista tinham noção do que fazer, como fazer e na hora que deveria ser feito sem que alguém lhes dissesse isso.

Imbuída nessa doutrina, havia também a regra da não violência – que em certos casos, por si só, já é uma doutrina. Perceba que os ativistas não se envolveram nos conflitos armados com Exército Mexicano, até porque os que ocorreram resultaram em uma vitória esmagadora das tropas federais contra os guerrilheiros (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Todos eles protestavam de modo pacífico.

---

<sup>2</sup> Digo isto não embasado em fontes, mas de modo hipotético, pois foi o que houve no Brasil, em Roraima.

<sup>3</sup> Tal qual o Brasil o fez na questão ianomâmi, como se verá posteriormente.

Como dito, essa insurgência zapatista resultou no acordo de San Andrés, em 1994, que legou grande autonomia ao Estado de Chiapas. Apesar das vitórias do Governo mexicano nos campos de batalhas, nos combates à moda antiga, o mesmo foi derrotado nos embates da Era da Informação, em que esta é a principal arma (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Segundo nossos pesquisadores, este foi um dos principais legados da *netwar* ocorrida no Sul do México para o resto do mundo: as informações são eficientíssimas, principalmente quando capazes de tornar cidadãos de diversos países soldados da linha de frente de uma determinada causa, causa muitas das vezes alheias às suas vidas (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

Era de se esperar que tal coisa acontecesse. Claro que para os que leem e debruçam-se sobre o ocorrido mais de duas décadas depois, tal facilidade de percepção é bem mais nítida; para um oficial mexicano assistindo àquilo tudo ao vivo e em cores, não o era. Mesmo assim, tentemos nos responder: qual general está preparado para uma surra difamatória produzida por diversos jornalistas, em línguas inúmeras, mundo afora, inflamado por ativistas? Nenhum, é fato; arrisco-me a dizer que mesmo hoje em dia. Arquilla e Ronfeldt (2000) chamaram essa propagação mundial de “efeito CNN”. O que outrora poderia ser apenas manchetes de jornais locais, passaram a figurar em *headlines* mundiais. A guerra de informações é, portanto, um dos pilares do que se chama de *softpower*, a grande arma de entidades não governamentais – e de outros grupos – contra o Estado e seu *hardpower* tradicional.

Quanto à eficácia e eficiência do *softpower*, a depender de situação para situação, pode ser fatal. O caso zapatista no México provou que, se bem usado, é capaz servir perfeitamente como instrumento, e colocar o governo inteiro de uma nação de joelhos sem disparar um só tiro.

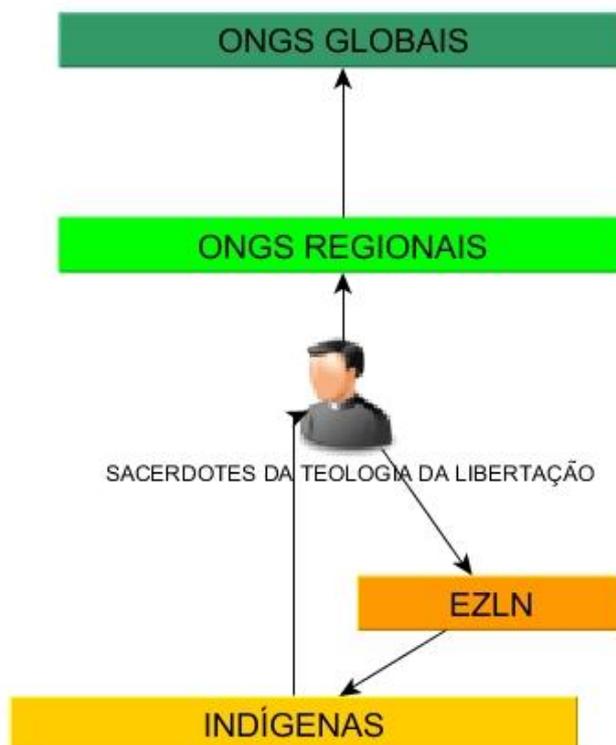
## 1.2 O Olhar de Lorenzo Carrasco

O movimento zapatista também chamou a atenção de outros estudiosos, não apenas pela magnitude em si, mas por estar inserido noutra estratégia, bem mais ampla, tal qual a rede de que faz parte. Desta vez, quem irá descrever-nos pouco mais sobre os acontecimentos em Chiapas será Lorenzo Carrasco (2004), um

estudioso de movimentos ambientalistas e seus propósitos que muitos não enxergam, e conta com a ajuda de outros pesquisadores correlatos.

Sem discordar muito da descrição apresentada por Arquilla e Ronfeldt (2000), Lorenzo Carrasco, no livro *Máfia Verde* (2004), acrescenta-lhe. Basicamente, ele dá nomes aos bois e revela parte da intenção da boiada. Este livro em questão é focado nos acontecimentos envolvendo a rede internacional de ONGs e suas ações no Brasil. Portanto, parte delas envolvida no caso zapatista também estava envolvida no caso ianomâmi, bem como diversos outros casos famosos no Brasil, mas que não serão abordados. A saber: o caso da Reserva Raposa Serra-do-Sol, o caso da Hidrovia Paraná-Paraguai e da Hidrovia Araguaia-Tocantins, entre diversos outros (CARRASCO, 2004).

Carrasco (2004) corrobora Arquilla e Ronfeldt (2000) no tocante à estratégia utilizada pelos agentes da rede no Movimento Zapatista, foi aquela mesmo: utilizar-se dos padres da Teologia da Libertação para articular os indígenas locais e os guerrilheiros do EZLN junto a ativistas regionais; por meios destes estabeleceu-se contato com as demais ONGs estrangeiras, algumas de alcance mundial. Se reproduzir tal estratégia graficamente facilitasse, grosso modo, a estratégia poderia ser visualizada assim:



**FIGURA 1:** Esquema do caso zapatista baseado em Arquilla e Ronfeldt (2000). Feito no aplicativo YED.

Mas, baseado nas informações de Carrasco, acrescenta-se que há indícios de contato de ONGs locais com os membros que viriam a compor o EZLN. Não só contatos como financiamentos. Isto não muda o fato de que os sacerdotes da TL foram essenciais aos acontecimentos de Chiapas, e sim soma o fato de que houve esforços de colaboração entre os ativistas e membros do EZLN. Neste desenho então, acrescentar-se-ia apenas uma seta ligando os dois grupos.

Infelizmente, o livro *Máfia Verde* (2004), como disse é focado nas ações dessa rede verde mundial no Brasil, portanto as informações que colhi nele tratam do movimento zapatista apenas para fins de exemplificação do alcance e poderio de certas organizações que também agem no Brasil. As que são mencionadas coloco aqui, aproveitando os aportes teóricos de Arquilla e Ronfeldt (2000).

Eles detalharam em seu capítulo sobre a *netwar* mexicana que, antes da eclosão da guerrilha na década de 90, o território de Chiapas fora todo permeado por diversos grupos, incluindo ativistas, missionários, sacerdotes da TL, membros de guerrilhas etc. (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Pouco tratei dos missionários, mas, se envolvidos estavam na questão zapatista, pertenciam ao CMI – Conselho Mundial de Igrejas. Esta ONG foi fundada em 1937 e é integrada por representantes de diversas linhas protestantes, como por exemplo, a anglicana, e conta também com representantes da Igreja Católica. Segundo Carrasco (2004), o CMI tem como uma de suas funções coordenar a atuação global dos seguidores da teologia da libertação; ou seja, os representantes católicos que integram-no são seguidores dessa doutrina. Não é atoa que o CMI é acusado pela EIR (2004) de ter participado ativamente no apoio ao EZLN. Há, contudo, a possibilidade de pertencerem a outro grupo, como eram os do caso ianomâmi, ligados ao MEVA.

De qualquer jeito, de modo ou de outro o CMI envolveu-se no Movimento Zapatista; e suas atuações estendem-se ao Brasil também. Foi num seminário patrocinado pelo CMI realizado em 1972 que as motivações para fundar a ONG Cultural Survival<sup>4</sup> surgiram. Uma dessas motivações foi a Declaração de Barbados feita no mesmo ano e que continha uma série de propósitos, incluídos aí a narrativa

---

<sup>4</sup> Segundo Elaine Dewar (2007) – jornalista de que falarei posteriormente – David Maybury Lewis, um dos fundadores da Cultural Survival, foi também um dos principais responsáveis por tornar o indígena brasileiro Paulinho Payakan famoso mundialmente pela defesa das chamadas pautas verdes. DEWAR, Elaine. **Uma Demão de Verde, os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios**. Tradução de Yara Nogueira Müller, Gildo Magalhães e Geraldo Luís Lino. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2007.

de defesa dos direitos indígenas<sup>5</sup> (CARRASCO, 2004). A sede da Cultural Survival é em Cambridge, talvez para facilitar a troca de informações, já que o local em que está instalada a Universidade de Harvard. Esta, por sua vez, possui dentro de seu cabedal acadêmico um grupo de estudos chamado Projeto Chiapas que, só entre 1957 e 1977 produziu 27 livros e 54 teses acadêmicas sobre o estado do México que dá nome ao projeto (CARRASCO, 2004). Adiciono a isto a hipótese de que deveria também haver pesquisadores em meio aos ativistas que penetraram a região, como dito por Arquilla e Ronfeldt (2000); mas que eles deveriam ter ido lá muito antes da década de 80, também como mencionaram.

Esse contato entre o CMI e os fundadores da Cultural Survival exemplifica como relações sociais mais próximas importam; por mais que os meios de comunicação evoluíssem, nada substitui o bom contato pessoal (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Ele ajuda a estabelecer relações de confiança que são importantes quando organizações independentes cooperam umas com as outras, reforçam o efeito da narrativa. Então, os ativistas, além de verem-se a si mesmos como defensores de uma causa comum, implicando um traço forte de identidade comum, reforçam-no com relações pessoais de confiança (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

Entre as ONGs canadenses e americanas que “enxamearam” quando a insurgência eclodiu estava a Cultural Survival. Junto a ela estava a Rainforest Action Network, fundada em 1985 por Mike Roselle, que, naquele tempo, era um dos diretores de outra ONG ambientalista, a Earth First! (CARRASCO, 2004). Nota-se com essa penca de nomes somente com algumas entidades a quantidade de informação contida numa rede, por isso a facilidade de se perder, desorientar-se.

OXFAM – *Oxford Famine* – e a Conservation International são mais duas das ONGs do *swarming* que atingiu o Governo mexicano desprevenido. Tratemos da primeira: segundo um dos integrantes da guerrilha EZLN, Jorge Santiago, a OXFAM os ajudou com financiamento (CARRASCO, 2004); práticas dela que se repetem mundo afora<sup>6</sup>. Já a Conservation International recebeu doações de um grupo chamado Pulsar, cuja presidência era ocupada por Alfonso Romo, magnata

---

<sup>5</sup> Conta-nos Carrasco (2004), que narrativa continha a premissa de que os indígenas são povos colonizados, e que, portanto, os antropólogos do mundo inteiro deveriam lutar pela sua libertação.

<sup>6</sup> A revista *Executive Intelligence Review*, à qual foi ligada Carrasco (2004), apurou financiamentos ilícitos da OXFAM a grupos guerrilheiros no Sri-Lanka, Bangladesh e Sudão.

mexicano, para aplicar na sede de operações do EZLN depois dos acontecimentos em Chiapas (EIR, 2004). A quantia era de 10 milhões de dólares. Romo é um dos grandes fazendeiros que fazem parte do etos local mencionado no começo deste capítulo; ele já afirmou em uma entrevista que não tinha medo dos guerrilheiros, por mais que possuíssem entre seus objetivos a desapropriação de grandes propriedades e reforma agrária (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

Obviamente, inúmeras outras ONGs compuseram a *netwar* do caso zapatista. Não possuo meios de mencioná-las e trabalhá-las uma a uma, e nem seria necessário dado que o enfoque é outro. Mas termino o capítulo com uma indagação: nos anos 90 a Commonwealth Community afirmou que havia 50.000 ONGs no mundo – de variadas temáticas, decerto, mas muitas delas ambientalistas –, que movimentavam cerca de 30 bilhões de dólares anualmente (CARRASCO, 2004); quantas dessas atuaram no *swarming* feito no caso zapatista, a ponto de torná-lo um evento mundial? Quantas colaboraram direta ou indiretamente?

## Capítulo 2: A RESERVA IANOMÂMI EM SI

Saio do caso de nossos *hermanos* mexicanos, vou às terras tupiniquins. Antes de adentrar na criação da reserva, é necessário tratar, nem que seja rapidamente, de suas dimensões e outras características geográficas. Não dá para tratar do enredo e do elenco, sem antes aprontar o cenário de nossa *netwar*.

A Reserva Ianomâmi é formada por um território de 96.650 quilômetros quadrados, e é habitada por cerca de 20 mil índios da etnia, atualmente; números dados pelo antropólogo francês Bruce Albert (2015). Nas palavras de Gélío Fregapani (2011)<sup>1</sup>, a reserva, à época da demarcação era “um pedaço do território nacional do tamanho de Portugal que foi reservado para quase 4.000 mil índios [...]” (FREGAPANI, 2011, P.129).

A homologação da Terra Indígena Ianomâmi foi feita pelo então presidente Fernando Collor via decreto. Trata-se, com cálculos rápidos, de uma área de 16,109 quilômetros quadrados para cada indígena. Se contarmos com os dados do Instituto Socioambiental<sup>2</sup> (ISA, ONG ambientalista bastante ativa no Brasil), há hoje cerca de 35000 indígenas habitando a região, o que resultaria num espaço de 2,76 quilômetros quadrados para cada um.

A Reserva Ianomâmi está localizada no extremo norte do país, no noroeste de Roraima; abrange este estado e o do Amazonas, e segue Venezuela adentro, sendo, portanto, na fronteira do país. É banhada pela bacia do Rio Negro.

---

<sup>1</sup> Militar do Exército Brasileiro. Já coordenou diversas expedições científicas e militares na região amazônica, da qual foi por anos superintendente da ABIN. Foi também um dos responsáveis pela criação do Batalhão de Guerra na Selva. Possui muitos escritos – livros e artigos – publicados acerca da demarcação de terras indígenas, ameaças à soberania e ação de ONGs nacionais e internacionais. FREGAPANI, Gélío. **A Amazônia no Grande Jogo Geopolítico: um desafio mundial**. 1. ed. Brasília: Thesaurus, 2011.

<sup>2</sup> INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, Os Yanomamis. Disponível em: <<https://www.survivalinternational.org/povos/yanomami>>. Acesso em 10 de out. de 2018.



**FIGURA 2:** A Reserva Yanomâmi.

Fonte: Instituto Socioambiental.

Segundo os relatos de Fregapani (2011), a reserva está abarrotada de ouro, cassiterita e fosfato; minerais valiosos no mercado internacional. O militar enfatiza sempre em seus escritos que isto é uma característica comum das reservas indígenas no Brasil: a riqueza mineral nos seus respectivos solos (FREGAPANI, 2011). Não adentrarei tais questões por escapar ao âmbito do estudo; deixo, contudo, este parágrafo como instigador para posteriores investigações sobre os interesses reais de quem atua nesses nichos: seriam eles a proteção ambiental e dos índios, ou meros interesses econômicos e políticos ?

## Capítulo 3: O OFICIAL, AS ONGS E A FARSA

### 3.1 Quem foi Menna Barreto

Menna Barreto narra em seu livro *A Farsa Ianomâmi* (1995) o norte de Roraima quase intocado pelo homem como um sonho: descreve as paisagens, acrescentando-lhes minúcias que só bons observadores conhecem. Dá o curso dos rios e os nomes dos locais que banham; dá também as serras, picos, florestas densas e campos abertos, de modo desenhar em nosso imaginário a paisagem local. Seu intuito era com certeza passar aos leitores as sensações promovidas pelas belas visões proporcionadas e, não menos, dar a sensação de sermos um povo privilegiado por ter tal pedaço de chão dentro de nossas fronteiras. Seria bastante clichê por aqui que este sonho não passa de um pesadelo, mas o faço, se é que o título do livro em si já não o fez por mim.

Essa obra, na qual me basearei para pegar informações valiosíssimas e encaixá-las dentro do contexto da *netwar* na região, foi escrita por um oficial do Exército Brasileiro que era Comandante da Fronteira em Roraima. Nas próprias palavras do autor “*é um depoimento e uma denúncia*” (BARRETO, 1995, p. 14), onde ele narra como entidades estrangeiras – que nós sabemos quem são – começaram a interferir diretamente na região, principalmente na população indígena que lá habita. Carlos Alberto Goulart Menna Barreto descreve atônito diversos episódios dessa intervenção, alguns deles presenciados, outros contados por colegas locais.

Após ter deixado o cargo por força de algumas ocasiões, Menna Barreto retorna a Roraima quase uma década depois, desta vez como Secretário de Segurança (1995). Assim ele pôde narrar a *netwar* em momentos diferentes, permitindo acompanhar a sua evolução gradual e passos dados pelos agentes. Tais descrições encaixam-se perfeitamente com os dados e acontecimentos fornecidos por Lorenzo Carrasco (2005) a partir dos bastidores das ONGs envolvidas.

O depoimento adquire um valor crucial para comprovar como agentes estatais ficam perdidos diante de ações coordenadas de nódulos de uma rede (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Menna Barreto descreve o que sabe de modo sincero, vê-se

que não tem muita noção de onde vêm os golpes desferidos contra a soberania brasileira na região ao mesmo tempo em que fica pasmado com a ausência de reação por parte do Governo.

Por esses motivos é que Menna Barreto (1995) tornar-se-á importantíssimo nessa monografia. Os dados revelados em seu livro (1995) serão utilizados como base, junto às demais informações de outras fontes e do olhar teórico dos pesquisadores da Rand Corp (2000).

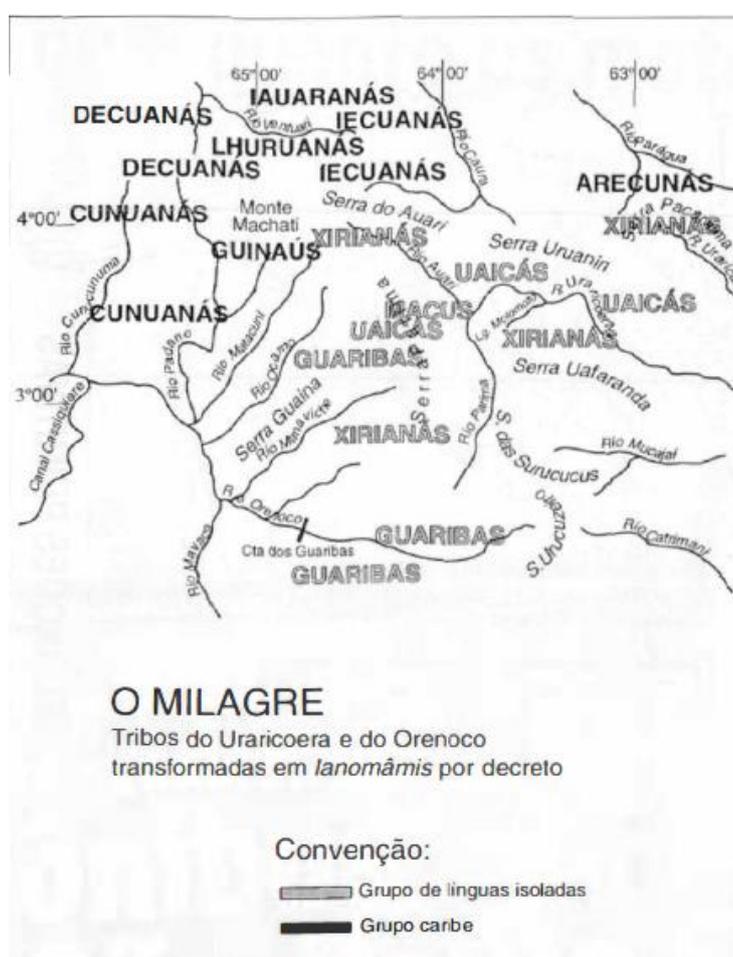
### **3.2 A inexistência ianomâmi**

Enquanto esteve nas regiões de Roraima próximas com a fronteira venezuelana, Menna Barreto pôde conhecer de perto uma a uma das etnias indígenas que compunham a população local; dando-nas não só os nomes como também as características físicas e alguns traços culturais que distinguiam algumas tribos das demais. Além disso, acrescenta uma rica bibliografia de cientistas que lá estiveram antes de sua chegada e corroboram sua descrição (2005).

Segundo ele (2005), a região que hoje é chamada de Terra Indígena lanomâmi abrigava então as seguintes tribos: maiongongues, xirianás, macus, uaicás, iauaranás, uapixanas, macuxis, taulipangus, ingaricós, saporás, uaiumaras, purucutós e maracanãs. Diz ainda os locais que habitavam e as respectivas populações de cada tribo. Como se não fosse bastante, Menna Barreto ainda descreve as rivalidades locais entre tribos da região – ressaltando que algumas delas ainda cumpriam o ritual antropofágico –, e como algumas delas quase aniquilaram outros, segundo o exemplo dos maiongongues e iauaranás, que vieram de fora da região, mais precisamente do Caribe, e exterminaram diversas tribos, incluindo os uapixanas; quem os parou, segundo conta, foram os uaicás e xirianás. Os aruaques que viviam acima do Rio Orinoco não sobreviveram para contar a história (2005).

Uaicás, xirianás e aruaques foram vistos entre 1911 e 1913 pelo pesquisador Theodor Koch-Grünberg. Além dele, Manoel da Gama Lobo D'Almada, Alexandre Rodrigues Ferreira, Richard e Robert Schomburgk, Phillip von Martius, o célebre Alexander von Humboldt, João Barbosa Rodrigues, Henri Codreau, John Chaffanjon, Francisco Xavier de Araújo, Walter Brett, Hamilton Rice e Cândido

Rondon estiveram lá antes dos anos 50<sup>1</sup> (BARRETO, 1995). Em nenhum dos registros de cada um deles há menção sequer da existência de uma tribo ianomâmi (2005). Pode-se concluir, portanto, que a própria existência dos ianomâmis é parte da narrativa das ONGs que lá atuaram. Menna Barreto (2005) ficou inquietíssimo com isto. Vira de perto os locais e os indígenas, sabia distingui-los um a um com base na língua, modo de construir as malocas, localização e traços físicos; e bem sabia que nenhum deles pertencia a uma suposta tribo ianomâmi. Por isso o título de seu livro conter a palavra farsa.



**FIGURA 2:** etnias que, segundo Menna Barreto (1995), viraram ianomâmis via decreto.

Para entender bem o processo de criação da narrativa – que é a criação dos ianomâmis em si –, bem como toda a estratégia de atuação, dispus as informações que possuo em ordem cronológica, ditando o ritmo dos capítulos seguintes.

<sup>1</sup> Menna Barreto insere em seu livro (1995) uma vasta bibliografia destes pesquisadores.

## Capítulo 4: OS PRIMEIROS ANOS

### 4.1 Anos 50 e anteriores – a pacificação

Nas décadas anteriores à de 50 – que quando as “movimentações” dos bastidores das ONGs se iniciam – diversos pesquisadores estiveram na região que hoje compõe a reserva, como dito. Um deles é Alexander Rice (1995), da Real Sociedade Britânica, organização de onde, mais tarde, sairá outros exploradores, mas que também se tornarão fundadores de ONGs (2004).

O tempo passa, e a região só iria receber atenção novamente em 1957, quando missionários do grupo MEVA chegam<sup>1</sup>. O MEVA ainda existe atualmente, e é formado por diversas linhas protestantes cujos membros estejam dispostos a colaborar na sua missão evangelística em lugares remotos<sup>2</sup>. Menna Barreto não só os viu e teve contatos tanto desagradáveis com os membros da missão, como também, de certo modo, os ajudou. Em 1958, como paraquedista, Menna foi um dos membros do batalhão que abriu uma pista de pouso para a chegada de suprimentos dos missionários (BARRETO, 1995).

Segundo os próprios membros do MEVA, a missão continha alguns postos missionários espalhados por entre o território dos índios. Tanto tempo durou a missão, que em idos de 69 a 71, quando Menna Barreto sobrevoou a área, afirmou que os únicos indígenas que viu foram juntos a esses postos (BARRETO, 1995).

Apesar dos contatos diretos entre Menna Barreto, como Comandante de Fronteira, e os missionários terem ocorrido apenas nos anos mencionados no parágrafo anterior, foram neles que ele viu também, entre os mesmos, alguns pesquisadores, estudiosos: antropólogos e etnólogos, a maioria vinda da Universidade de Massachusetts (BARRETO, 1995). Se estes já chegaram lá junto com os pesquisadores em 1957, ou muito antes – quando o MEVA atuava em outras regiões da Amazônia –, então já na década de 50 o território fronteiro do Brasil com a Venezuela já se assemelhava ao território da fronteira entre México e Guatemala, onde está o Estado de Chiapas (ARQUILLA; RONFELDT, 2000), pois tal

---

<sup>1</sup> MEVA, História. Disponível em: <<https://www.meva.org.br/historia>>. Acesso em 26 de out de 2018.

qual descrevi, fora permeado por missionários e pesquisadores; grupos semelhantes aos demais mencionados, como ativistas e sacerdotes da TL, apareceriam posteriormente; não houve presença de guerrilhas. Já é possível concluir que, assim como a quase ausência do Estado e a presença de missionários e pesquisadores foram solos férteis para as redes atuarem em Chiapas, o norte de Roraima também apresentou condições favoráveis para atrair uma *netwar*.

Mal sabia Menna Barreto que a função principal de tais missionários era fazer os primeiros contatos com os indígenas, em alguns casos pacificando-os, e no geral, “preparando o terreno” para o contato com os ativistas que futuramente ali iriam. Essa conclusão só é possível porque o próprio Menna Barreto, neste episódio de contato com os missionários, viu que os mesmos tinham feito uma tradução da Bíblia para um dialeto xirianá (BARRETO, 1995). Ora, a entidade que ficou conhecida por fazer traduções bíblicas para línguas mais remotas, como dialetos indígenas, é o Instituto Summer de Linguística – SIL; o mesmo que era financiado pelos Rockefeller para fazer isto mesmo: estabelecer um canal com os indígenas (CARRASCO, 2004). A ligação entre o MEVA e o SIL é atestada por um documento da FUNAI<sup>3</sup>.

Portanto, a partir dos anos 50 até os anos finais da década de 60, os primeiros contatos foram feitos com as tribos que futuramente serviriam de insumo para a criação dos ianomâmis.

## 4.2 Anos 60

Antes de chegar aos anos finais da década com Menna Barreto, passo às informações dos anos iniciais fornecidas por Lorenzo Carrasco.

Em 1961, o Fundo Mundial para a Natureza (World Wildlife Fund), com sua sigla mundialmente conhecida – WWF, junto à figura do panda, fora fundado. Entre seus fundadores encontrava-se Max Nicholson, Julian Huxley e Sir Peter Scott, então vice-presidente da UICN – União Internacional para Conservação da

---

<sup>3</sup> SCHWADE, Egydio e Doroti. **As Terras Waimiri-Atroari no Ciclo do Minério**. FUNAI, 1985. Artigo enviado à equipe do Movimento de Apoio à Resistência Waimir-Atroari.

Natureza<sup>4</sup>. Esta última, por sua vez, fora fundada muitos anos antes, em 1948 (CARRASCO, 2004). Ambas são as duas maiores ONGs ambientalistas do mundo, compondo o principal grupo das de alcance global mencionadas anteriormente e bastante atuante em Chiapas (CARRASCO, 2004). O WWF possuía escritórios em 27 países em 2005, enquanto a UICN possuía em 68 (CARRASCO, 2004). Ambas ONGs tiveram os mesmos fundadores, e ambas passaram um bom tempo tendo suas respectivas sedes no mesmo prédio, em Gland, Suíça (CARRASCO, 2004). Estas últimas informações comprovam mais ainda a força e necessidade de relações pessoais entre ativistas para o bom funcionamento de posteriores coordenações (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

Mencionei a criação do WWF não só por sua presença fortíssima na rede ambientalista mundial, mas porque é dela que parte a iniciativa de criação da Survival International, anos depois, em 1969, fornecendo-lhe inclusive aportes financeiros (CARRASCO, 2004), além dos quadros e diretrizes. Essa ONG foi feita especialmente para atuar no Brasil, no caso ianomâmi.

Ela teve como fundador, e posteriormente um de seus presidentes, o famoso explorador mundial Robin Hanbury-Tenison, que fez viagens exploratórias ao norte do Brasil por diversas vezes<sup>5</sup>. Ele conta em suas experiências que esteve em 1965 na Amazônia pela primeira vez, saindo de expedição que ia do Rio Orinoco até Buenos Aires; em 68 esteve de novo no norte, desta vez já para discussões para fundação da Survival International<sup>6</sup>. Nos anos seguintes Hanbury-Tenison iria de novo ao local; segundo conta em seu livro *Worlds Apart*<sup>7</sup>, em 1972 o roteiro de sua viagem foi o próprio limite da futura reserva, e fora-lhe indicado pessoalmente pelo Príncipe Phillip<sup>8</sup>, do Reino Unido.

---

<sup>4</sup> Informações retiradas do livro *Máfia Verde* (2004), mas podem ser consultadas também no próprio site do WWF, disponível em: <<https://www.worldwildlife.org/about/history>>. Consultado em 26 de out. de 2018.

<sup>5</sup> BD PORTRAIT, **Robin Hanbury-Tenison: the tale of the explorer and philanthropist**, 2014. Disponível em: <https://www.businessdestinations.com/bd-portrait/robin-hanbury-tenison-the-tale-of-the-explorer-and-philanthropist/>. Acesso em 26 de out. de 2018.

<sup>6</sup> *Ibid.*

<sup>7</sup> Infelizmente não tive acesso ao livro, extrai tais informações do *Máfia Verde* (2004).

<sup>8</sup> O Duque de Edimburgo possui laços fortíssimos com o WWF, possuindo até mesmo uma medalha em seu nome. Vide: WWF, *The Duke of Edinburgh Conservation Award*. Disponível em: <[http://wwf.panda.org/wwf\\_news/wwf\\_awards/wwf\\_duke\\_of\\_edinburgh\\_conservation\\_award/](http://wwf.panda.org/wwf_news/wwf_awards/wwf_duke_of_edinburgh_conservation_award/)>. Acesso em 26 de out. de 2018.

Para fundar a Survival International, o WWF forneceu um generoso aporte financeiro; e como um de seus então diretores estava presente no momento de sua fundação, a Survival International pode ser tida como um “braço” do WWF especializado em assuntos indígenas brasileiros.

No mesmo ano em que a Survival foi fundada, muito provavelmente as pressões para criação de uma reserva ianomâmi haviam sido iniciadas, pois já havia uma minuta do Ministro de Estado do Interior remetido à Presidência da República com recomendação de criação do parque ianomâmi<sup>9</sup>. Muito embora a EIR não tenha registrado o fato, além de começar a fazer articulações locais (em Roraima) para engajar a futura criação ianomâmi, deveria haver concomitantemente algum grupo de *lobby* junto ao Governo em Brasília para que se faça algo em relação aos indígenas da região fronteira de Roraima com a Venezuela.

Assim como na maioria das instituições e entidades de diversas naturezas, as ONGs também possuem certa especialização. Em Chiapas, a título de exemplo, havia certas ONGs orientadas para resolver as questões sociais às quais engajavam-se, e outras voltadas à articulação entre as diferentes ONGs, desempenhando papel de fundamental importância (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Nos EUA, a Natural Resources Defense Council, em vez de realizar protestos ou outros atos de militância, age baseada em atos de natureza jurídica, processando agências governamentais americanas; uma de suas primeiras ações fora contra os DDTs. Voltando ao nosso caso, nada impediria que a Survival estivesse atuando por meios mais institucionais em prol de sua causa tanto em Roraima quando em Brasília.

É certo, porém que a Survival International já andava promulgando a narrativa não só de existência dos ianomâmis, como também falava em um pretenso suicídio que a etnia vinha sofrendo por causa de contatos com os brancos. Segundo própria auto descrição: *we were founded in 1969 by a group of people appalled by the genocide of Amazon Indians detailed in a Sunday Times exposé.*”(SURVIVAL INTERNATIONAL)<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> ROGEDO, Isa Maria Pacheco. Identificação, Proposta de Delimitação e Demarcação de Terra Indígena, parecer nº 002, de 10 de Julho de 1991. **DOU Diário Oficial da União**. Publicado no D.O.U. de 25 de julho de 1991.

<sup>10</sup> SURVIVAL INTERNATIONAL, **Our History**. Disponível em: <<https://www.survivalinternational.org/info>>. Acesso em 26 de out. de 2018.

Menna Barreto, após ter sobrevoado algumas vezes a área, via que, a única presença no local junto aos índios era de missionários, já tratados aqui (BARRETO, 1995). Quase não havia confronto entre garimpeiros e indígenas, pois muitos dos quais até mesmo aprendiam as técnicas de garimpo para tentar suas sortes em meio à floresta (BARRETO, 1995). Ou seja, não só não havia genocídio algum ocorrendo por aquelas bandas, como também os relacionamentos entre algumas tribos indígenas e o popularmente conhecido homem branco eram pacíficos. Com exceção de algumas tribos de posturas agressivas (BARRETO, 1995).

Faz-se necessário mencionar também a fundação, em 1965 do CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação, um dos principais órgãos difusores da Teologia da Libertação no Brasil (CARRASCO, 2004), com patrocínio do já mencionado CMI. Ambos ajudaram a fundar o órgão da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos no Brasil voltado a assuntos indígenas, o CIMI, Conselho Indigenista Missionário. Estas são as organizações por trás do bispo Aldo Mongiano, mencionado por Menna Barreto como um dos responsáveis por agitações na região do norte de Roraima, das quais trataremos quando adentrar a década de 80 nesta obra. Antes, passemos à década de 70.

## Capítulo 5: ANOS 70

### 5.1 O Clima Mundial da Época

Os anos 70 foi uma década marcante para a galgada de temas ambientalistas aos debates e *headlines* mundiais. Adentrar-me em todos os eventos que ocorreram tomaria muitos parágrafos e páginas, limito-me a apenas citar alguns dados que exemplificam essa guinada verde do mundo de então, que só conhecia o vermelho e o azul.

Enquanto aqui no Brasil um Ministro de Estado encaminhava minuta de sugestão para a Presidência sugerindo a criação do Parque Ianomâmi, os EUA aprovava sua primeira lei de política ambiental, a NEPA<sup>1</sup> em 1969. Para os ambientalistas, era a preparação para que os anos que se seguissem começassem bem. E assim o foi: logo no primeiro ano, em 1970, ocorreu o famosíssimo *Earth Day*, onde milhões de americanos foram às ruas defender bandeiras relativas ao meio ambiente<sup>2</sup>. Eles mesmos narram como o nascimento do movimento ambientalista moderno, quando pessoas recanalizaram os esforços dos protestos anti-guerra dos anos anteriores na defesa da Terra. O próprio site do Earth Day diz: “*Each year, Earth Day—April 22—marks the anniversary of the birth of the modern environmental movement in 1970.*”<sup>3</sup>

Acrescentaria na descrição do Dia da Terra o nome do doador dos fundos que a financiou: Robert O. Anderson. À época, Anderson era presidente de Atlantic Richfield Company e do Instituto Aspen<sup>4</sup>, e doou uma quantia de 200 mil dólares para o evento. Ao mesmo tempo, ele doou mais 200 mil para que se fundasse a organização Friends of the Earth (FoE), outra ONG ambientalista entre as inúmeras que nasceriam (CARRASCO, 2004).

---

<sup>1</sup> EUA. **Public-Law 91-190 of Jan 1, 1970**. National Environmental Policy Act. Disponível em: <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-83/pdf/STATUTE-83-Pg852.pdf>>. Acesso em 22 de nov. de 2018.

<sup>2</sup> EARTH DAY, **Our History**. Disponível em: <<https://www.earthday.org/about/the-history-of-earth-day/>>. Acesso em 27 de out de 2018.

<sup>3</sup> *Ibid.*

<sup>4</sup> Instituto que, segundo o próprio, trata de assuntos humanísticos, incluindo temas ambientais. Disponível em: <<https://www.aspeninstitute.org/about/heritage/>>. Acesso em 27 de out. de 2018.

Ao sair da Presidência do Instituto Aspen, Anderson indicou Joseph Slater; anos mais tarde subia à cadeira máxima o magnata do petróleo, Maurice Strong. Slater e Strong viriam a ser demasiado ativos nos bastidores de criação da conhecida Eco-72, a Conferência da ONU voltada a assuntos de natureza ambiental; não é atoa que Strong presidiu-a nesta, e na outra edição que viria a acontecer no Rio de Janeiro mais tarde. Foi esta a Conferência que inseriu o tema ambientalista nas discussões internacionais (CARRASCO, 2004).

E enquanto o mundo começava a preocupar-se com ameaças ao planeta, o Brasil começou a encarnar o papel de um legítimo representante de uma. Muito por causa do pretense genocídio de ianomâmis que se noticiava. Menna Barreto cuidou de que ouviu isto pela primeira vez apenas em 1973, último de sua presença em Roraima enquanto comandante da fronteira (BARRETO, 1995).

## 5.2 O norte do Brasil

O tempo passou e as peças chaves para a ação da *netwar* já estavam devidamente postas: as principais ONGs do mundo já haviam sido fundadas; a opinião pública mundial, outrora embalada por Woodstock e anti-guerra, estava agora colorida de verde e sensível a demandas ambientais<sup>5</sup>; o Brasil, já estava permeado de missionários e ativistas, o Governo já era pressionado para criar a reserva ianomâmi. Com o cenário pronto, era hora de agir.

Logo no ano de 1970, Robin Hanbury-Tenison e Cláudia Andujar<sup>6</sup> desembarcaram no norte do Brasil a fim de pesquisar mais a perto as tribos que viriam a compor os ianomâmis. Ao primeiro já fomos introduzidos, à segunda seremos agora.

Se o livro de Menna Barreto (1995) se tratasse de um romance, Andujar certamente seria a vilã. Ela é apontada pelo oficial como o principal nome da fraude ianomâmi, pois é quem então viria a assinar os laudos antropológicos fraudulentos que atestavam ao Governo brasileiro a existência ianomâmi, bem como sua

---

<sup>5</sup> Vale destacar que, narrativas ambientais e indígenas são muito próximas umas às outras. A imensa maioria dos ativistas que se sensibiliza por causas ambientais, o faz também pelos povos que vivem nas florestas. Ver-se-á mais a fundo isto quando for tratadas as narrativas.

<sup>6</sup> CURADORIA INSTITUTO INHOTIM. **Cláudia Andujar: Visão Yanomâmi**. Lisboa, 2017.

necessidade de proteção em vista dos perigos que corriam. Não só os laudos antropológicos eram fraudulentos, mas assim também era Andujara: apresentou-se como antropóloga, requisito para quem deseja assinar um documento oficial sobre tal assunto, quando na verdade entrou no Brasil apenas como fotógrafa, segundo investigações da Polícia Federal (BARRETO, 1995). Andujar era uma das principais representantes – rostos públicos, melhor dizendo – da Comissão de Criação do Parque Ianomâmi (CCPY), que abordarei mais tarde.

Não só Cláudia incomodava o Menna, mas também a covardia do Governo brasileiro denunciada por ele sucessivas vezes. Porém, o Governo brasileiro não só reagiu como fora uma das vozes contra o discurso ambiental espalhado mundo afora. Como bem sabemos, era o período do regime militar, em que generais se sucediam na Presidência da República e, sem deixar de destacar, eram nacionalistas. Logo, na conferência de Estocolmo, diplomatas brasileiros engrossaram o tom perante o discurso ambientalista, principalmente Miguel Ozório de Almeida e João Augusto de Araújo Castro. Diversas organizações eivadas de motivos ambientais teimavam por forçar a agenda verde no Brasil, e o Governo ditava-lhe o tom oliva (CARRASCO, 2004).

Por mais que se esperneasse, não adiantaria muito. Um ano após a ECO-72, o Brasil, sob as mesmas pressões, viria a fundar a Secretaria Especial de Meio Ambiente (CARRASCO, 2004).

Quando me refiro a pressões sofridas pelo Brasil, trato diferentes ações impetradas por inúmeras organizações para que o país adote tal ou qual política ambiental, seja a demarcação de um território indígena – como é o caso tratado –, seja o embargo de uma obra de grande porte<sup>7</sup> por causa de suas consequências etc.. Das pressões vindas de organizações midiáticas cuidarei mais tarde; trato agora das de natureza institucional, principalmente vindas de organizações mundiais, como o Banco Mundial, UNESCO, OCDE etc.

Talvez alguns leitores tenham notado que muito dos fundadores e presidentes de ONGs são pessoas notórias: magnatas de algum segmento, líderes políticos, cientistas de renome, entre outros. Justamente pelo porte político que têm, podem utilizar-se muitos meios para fazer com que países adotem suas prescrições; um desses meios pode vir a ser justamente um cargo. O ex-secretário de defesa

---

<sup>7</sup> O caso da Hidrovia Paraná-Paraguai é um ótimo exemplo. Também é relatado no livro *Máfia Verde* (2004), cap. 7.

americano, Robert McNamara é um ótimo exemplo: ele fora membro do conselho diretor do Instituto Aspen (o mesmo de Robert O. Anderson, financiador do Earth Day), e viria a tornar-se nada menos que presidente do Banco Mundial. Levou seus posicionamentos adiante, e foi numa destas ocasiões que o diplomata João Augusto de Araújo Castro denunciou seu discurso de que o Banco Mundial não mais aprovaria nenhum projeto de desenvolvimento econômico sem uma minuciosa avaliação das consequências ambientais (CARRASCO, 2004). Significa que projetos de desenvolvimento de alguns países não mais receberiam empréstimos da instituição sem uma avaliação prévia, muitas vezes, tais avaliações são feitas por comissões que contém membros de ONGs<sup>8</sup>.

Há inúmeros outros exemplos, mas prefiro transcrever algumas palavras de Thomas Lovejoy<sup>9</sup>, extraídas de uma entrevista dada 1983 em que o ex-presidente executivo do WWF relatou um pouco da natureza de órgãos ambientalistas.

**Entrevistador:** *Mas o WWF não se coloca ao lado de animaizinhos e plantas exóticas, contra o desenvolvimento industrial e de exploração de recursos naturais em certas áreas?*

**Lovejoy:** *Certamente. Mas isso não significa que somos contra o desenvolvimento. Somos contra o desenvolvimento descuidado. Quem você pensa que eu sou? Você sabe realmente quem sou eu? Sou o presidente do comitê executivo da diretoria da Metropolitan Life [empresa seguradora]. [...] Quem diabos você pensa faz investimentos no setor de desenvolvimento? Quem ganha dinheiro? **Dê uma olhada na diretoria do WWF e encontrará os líderes da comunidade empresarial e financeira!** Somos nós que investimos. Lucramos e queremos continuar assim – ao mesmo tempo em que estamos protegendo os animaizinhos. [...] O maior problema são esses malditos setores nacionalistas desses países em desenvolvimento. **Esses países pensam que podem ter o direito de desenvolver seus recursos como lhes convêm.** Eles querem se tornar potências, Estados soberanos e elaboram suas estratégias [...]. (CLUB OF LIFE WHITE PAPER, 1983 *apud* CARRASCO, 2004, p. 139, **grifos meus**).*

Lovejoy foi conselheiro do Banco Mundial para assuntos ambientais (CARRASCO, 2004).

<sup>8</sup> Novamente o caso da Hidrovia Paraná-Paraguai é um exemplo, pois avaliações de consequências ambientais eram feitas por membros do WWF.

<sup>9</sup> GUIMARÃES, Maria, FIORAVANTI, Carlos. Thomas Lovejoy: cinquenta anos de Amazônia. **Pesquisa Fapesp**, ed. 230, abr. 2015.

Arquilla e Ronfeldt (2000) alertou sob o risco eventual de agentes fazerem de instituições alheias nódulos temporais ou permanentes de uma rede. Isto mesmo quando não as fundam, como é o caso de Julian Huxley, já mencionado fundador do WWF, que também fundou a UNESCO<sup>10</sup>. Outro exemplo claro será dado no próximo capítulo, quando Cláudia Andujar faz a Polícia Federal brasileira atuar na expulsão de garimpeiros em Roraima.

Voltando à sequência em que estávamos, o então recém-criado SEMA teve sua presidência ocupada pelo biólogo Paulo Nogueira Neto, então membro do World Resources Institute (WRI), outra grande ONG ambientalista internacional. Se outrora o lobby ambientalista dos nódulos da rede não possuía canais institucionais oficiais do Governo, agora possuía. E como se verá no próximo capítulo, atores da rede alçar-se-ão a postos mais altos ainda.

Mesmo com todo esse aparato armado em sua direção, o Governo brasileiro reagiu: em 1976 enquadrrou Cláudia Andujar, Hanbury-Tenison, seu colega Kenneth Taylor e todos mais que compunham a Survival International na Lei de Segurança Nacional. Foram expulsos do país (CARRASCO, 2004). Não há registros do que motivara as autoridades a tomarem tal decisão, muito embora os motivos se lhes saltassem aos olhos.

No final do ano seguinte, porém, a FUNAI libera uma portaria, demarcando 21 reservas ianomâmis, separadas umas das outras<sup>11</sup>. Foi resultado de um trabalho feito em colaboração entre um oficial da PM representando Roraima, mais uma antropóloga da FUNAI e um membro do INCRA<sup>12</sup>. Demarcar a reservas, separadas, em vez de uma só e grande reserva tenha sido talvez um meio encontrado pelo Governo de precaver-se da periculosidade que é demarcar um longo pedaço de chão junto à fronteira. Agradava-se assim gregos e troianos: por um lado a sanha ambientalista de demarcação do solo no norte de Roraima e Amazonas seria saciada; de outro, os militares nacionalistas desconfiados das reais

---

<sup>10</sup> HUXLEY, Julian. **UNESCO: its purpose and its philosophy**. In: Preparatory Commission of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1946.

<sup>11</sup> ROGEDO, Isa Maria Pacheco. Identificação, Proposta de Delimitação e Demarcação de Terra Indígena, parecer nº 002, de 10 de Julho de 1991. **DOU Diário Oficial da União**. Publicado no D.O.U. de 25 de julho de 1991.

<sup>12</sup> BIGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.13-93, dez. 2007.

intenções ambientalistas seriam acalmados por não por em risco a fronteira. Se assim tivesse se mantido, seria melhor até mesmo pros indígenas que ali habitavam, já que, como havia dito, existiam rivalidades entre tribos na região, e confrontos que muitas vezes culminavam em rituais antropofágicos (BARRETO, 1995); assim aconteceu em Ruanda, ao colocar hutus e tutsis no mesmo território.

Menna Barreto (1995) acrescenta a isso ainda que, se feito de modo o honesto, a demarcação resultaria em vãos com mais de 100 quilômetros quadrados; permitir-se-ia assim que garimpeiros extravasassem o território em busca de ouro, abundante na região (BARRETO, 1995). Mas como já se viu em nossa história: os garimpeiros e mineiros trazem consigo a civilização, ruas e vilas se lhes seguem no encalço; e os ambientalistas não suportariam uma nova Ouro Preto erguer-se ali.

Com a expulsão, por certo tempo o mar se acalmou, mas não tardaria a agitar-se: dois anos depois a rede ataca com nova estratégia: nacionalizar-se (CARRASCO, 2004). Novamente os atores da rede criariam uma nova entidade, desta vez maior e que englobaria a própria Survival International. Bruce Albert – co-autor de *A Queda do Céu* (2015) – encabeçou a campanha, e em 1978 foi criada a famosa Comissão para a Criação do Parque Yanomâmi (CCPY). Muito embora Carrasco (2004) não revelasse exatamente como a campanha teve um aumento em sua escala, abordando de modo superficial. Falou-se de mensagens chamadas “boletins urgentes”, disparadas mundialmente noticiando o que estava a acontecer; e também de ações institucionais contra o Brasil em organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Quanto a estas últimas, apesar de não haver nomes, sabemos que é possível agir com sucesso através desses meios, dada a forte possibilidade da presença de atores da rede em algum cargo alto em órgãos importantes dessas instituições. Quem viria a assumir a frente, ser o grande nome, da CCPY foi Cláudia Andujar. De certo modo, ela aglutinou em si o peso da organização e usaria isto muito bem, como veremos no capítulo seguinte.

### **5.3 A Diocese de Roraima**

No ano de 1975, dá-se a chegada em Roraima de Aldo Mangione, bispo católico declaradamente adepto da Teologia da Libertação; mencionado no final do

capítulo anterior. Segundo Menna Barreto (1995), viera fugido de perseguição a comunistas que ocorria em Moçambique. Pode ser que já houvesse por lá mais sacerdotes adeptos a essa doutrina, mas a chegada do bispo Aldo é a única fonte sólida de informações que possui. O fato é que eles causariam agitações na região, principalmente na década de 80; até lá, as igrejas católicas em Roraima passariam ao status de diocese<sup>13</sup>.

A criação da CCPY e a presença de um bispo notadamente adepto à TL fez com que se desenhasse quase perfeitamente em Roraima e no Amazonas a tela de Chiapas. Lá houve a criação da CONPAZ: entidade que reuniu em si diversas ONGs e demais atores, como sacerdotes da TL, e coordenou de ações contra o Governo mexicano em prol da causa zapatista (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). As aparentes semelhanças de estratégias não negam que muito dos atores que aqui atuaram, viriam a agir lá também.

Se examinarmos mais cautelosamente, ver-se-á que os padres da Teologia da Libertação formaram uma linha mais auxiliar, secundária; não foram centrais como no caso zapatista. O CMI e o CIMI não encabeçavam a estratégia de criação do parque ianomâmi, apenas fornecia-lhe apoio, reforçando o número de entidades envolvidas na empreitada.

---

<sup>13</sup>DIOCESE DE RORAIMA. **História.** Disponível em: <<http://diocesederoraima.org.br/index.php/diocese-2/historia/>>. Acesso em 27 de out. de 2018.

## Capítulo 6: OS ANOS 80 E A VERDADEIRA PRESSÃO

### 6.1 Breve relato de Menna Barreto e a mídia

Conta-nos a Carrasco (2004) que, apesar de que já na década de 70 o aparato mundial – lê-se a rede – ambientalista estar pronto – nisto Arquilla e Ronfeldt (2000) concordam –, suas ações contra o Brasil viriam a ficar fortes na década de 80. Nesse cenário, a mídia internacional viria a desempenhar forte papel, como um reforço às demais ações das ONGs.

Como sabemos, o uso da mídia que já vinha sendo feito, foi apenas intensificado: nesta década atingiu escalas bem maiores. Menna Barreto notara isso na época; quando voltou a Roraima para ver alguns amigos, antes de ser nomeado Secretário de Segurança – em 1985, estava ouvindo falar com certa frequência da região que visitara enquanto comandante de Fronteira (BARRETO, 1995). O que lhe causava estranheza era justamente o fato de o mundo estar prestando atenção a um pedaço de terra que, anos antes, mal importava aos próprios brasileiros.

Não tardou muito até que, em 1985, ele mesmo visse inúmeros jornalistas de diversas partes do mundo querendo saber, furiosos, o que andava acontecendo por lá (BARRETO, 1995). Apesar deste fato não estar ligado diretamente ao caso ianomâmi, e sim aos ingaricós da Serra do Sol<sup>1</sup>, ser-nos-á largamente útil à medida que mostra como é na prática a pressão feita pela mídia em prol de uma causa indigenista ou ambientalista.

Menna Barreto (1995) conta que era uma noite de sábado, muitos que habitavam o interior do estado encontravam-se em Boa Vista, nos famosos embalos desse dia da semana. Ele repousava até que recebeu um comunicado urgente afirmando que uma fazenda na Normandia começava fora invadida por indígenas. Seu contingente de militares da polícia estava reduzido, poucos de plantão; só pôde reagir na manhã seguinte. Ao pousar na região, viu-se diante de inúmeros

---

1 Outra grande reserva no norte de Roraima, a leste da TI Ianomâmi. Ela viria a ser demarcada tempos depois.

indígenas, que protestavam afirmando tomar de volta o que lhes pertencia, e instigados pelos padres da Diocese<sup>2</sup>.

Não foi preciso muito para dispersá-los: um aporte de policiais vindo em outro avião deu cabo na situação e recuperou a posse ao dono. Menna Barreto e seu destacamento de militares detiveram alguns índios mais hostis; tal medida fez com que energicamente surgissem jornalistas em grande número nas dependências da Secretaria de Segurança e chegassem telegramas de jornalistas do mundo inteiro.

*A ansiedade de saber o desfecho do caso e o rumo que teriam as investigações enchia corredores e salas da Secretaria de Segurança de curiosos e jornalistas, transformando-a em foco de notícias e atenções do mundo inteiro. Da Itália, da Áustria, da Bélgica, da Holanda, da França, da Alemanha, da Suécia, dos Estados Unidos, do Canadá, de Brasília e nem sei mais de quantos lugares, chegavam incontáveis telegramas, em péssimo português, e feitiço autoritário, com idêntico teor de protesto contra a prisão dos índios.*(BARRETO, 1995, p. 101)

O próprio Menna Barreto nota que, tal pressão da imprensa mundial por si, já colocava o Brasil de joelhos. Tal fenômeno ganhou a pecha de “CNN Effect”, quando veio a acontecer novamente no México: e consiste, basicamente, na distribuição em massa de uma notícia, concentrando diversas mídias e entidades de imprensa num só acontecimento, ou conjunto de acontecimentos, fazendo alarde e atraindo fortemente a atenção do público (ARQUILLA; RONFELDT, 2000); é semelhante ao que ocorre em grandes tragédias, em escala pouco menor.

Ambientalistas bem sabem dos efeitos duma notícia espalhada, ainda que de veracidade duvidosa. Um dos fundadores do Greenpeace, Robert Hunter, por exemplo, sabendo das consequências desse tipo de ação, disse o seguinte numa entrevista:

*Não é que tenhamos mentido. Isto nunca é feito na propaganda moderna. Mas pintávamos um quadro muito exagerado sobre os múltiplos perigos que seriam deflagrados... tsunamis, terremotos, nuvens radioativas, dizimação da pesca, bebês deformados. Nunca dissemos que aconteceria, mas que poderia acontecer. [...] **em lugar de mísseis, nós disparávamos imagens: bombas mentais que eram transportadas pela mídia mundial**”. (CARRASCO, 2004, p. 213, grifo meu)*

---

<sup>2</sup> Ao que tudo indica, também seguidores da Teologia da Libertação. Menna Barreto (1995) afirma algumas vezes em seu livro que protestos instigados por eles estavam tornando-se frequentes em Roraima.

Curiosamente, Robert Hunter também era correspondente do *The Sun*.

O fenômeno viria a se repetir outras vezes, em todas elas manchando a imagem brasileira perante o mundo, o que dificulta bastante os trabalhos dos diplomatas e governantes para negociar com outros países e órgãos internacionais; não obstante o *lobby* das ONGs nestes e em entidades internas, como a FUNAI.

A estratégia da CCPY fez a propaganda em prol da causa ianomâmi espalhar-se no através do que se chamava “Boletins de Ação Urgente”<sup>3</sup>, onde narrava-se acontecimentos de forma a alertar o mundo sobre o que supostamente acontecia.

## 6.2 A área contínua

Como dito, o CCPY utilizou-se dessa estratégia, de forte propaganda e *lobby*, desde que fora fundado em 1978 (CARRASCO, 2004). Quatro anos depois, começaram a aparecer os primeiros resultados: em 1982, o Ministro do Interior assina a portaria 025, dando aos ianomâmis uma área contínua de 70.000 quilômetros quadrados. Contudo havia um problema: era apenas uma portaria, não dava as garantias legais necessárias que ambicionavam os ativistas, era preciso pressionar até que uma medida mais enérgica como um decreto presidencial ou proposição legislativa.

Assim se fez. Em 1985, o senador Severo Gomes (PMDB/SP) propôs um projeto de lei para a criação do Parque Ianomâmi, com área contínua, e fora endossado posteriormente, em 1986, por uma carta dos indígenas<sup>4</sup> assinada por David Xirianá Yanomami dizendo-lhe para levar adiante o projeto. Não pode se deixar de lembrar que, ainda em 85, outra portaria da FUNAI já havia aumentado a

---

<sup>3</sup> A ONG Instituto Socioambiental possui um exemplar em seu acervo eletrônico. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0FD00012.pdf>. Acesso em 31 de out. de 2018.

<sup>4</sup> Notícia da época, recortada pelo CEDI, que viria a tornar-se o ISA. Por isso o arquivo está em seu acervo online, disponível no link: <[https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/47332\\_20181001\\_145932.PDF](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/47332_20181001_145932.PDF)>. Acesso em 01 de nov. de 2018.

área ianomâmi em 24 mil quilômetros quadrados; o território somava então 94 mil quilômetros quadrados<sup>5</sup>. Já quase do tamanho de Santa Catarina, Bélgica e Suíça.

O Brasil não era atacado somente nessa trincheira; havia *fronts* em diversas direções. Foi justamente em 1985, por exemplo, que uma campanha de ONGs fez com que um projeto brasileiro de assentamento de casas em Rondônia, chamado Projeto Polonoroeste, não recebesse fundos do Banco Mundial. Essa campanha fora feita por cerca de 40 ONGs, em sua maioria americana – NWF, NRDC, EDF etc. (CARRASCO, 2006); este alto número de ONGs reunidas em prol de uma causa tem muita chance de representar mais outro caso de *swarming* feita pela rede ambiental global.

Ainda que o Governo mantivesse certa postura firme, não era suficiente.

### 6.3 As três fases do ataque

Lorenzo Carrasco (2004) delimitou o PL de Severo Gomes como o ápice da segunda fase de ação da rede de ONGs para criação da TI Ianomâmi. A primeira havia sido a de reconhecimento do terreno, que desembocou na expulsão de ativistas enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A terceira se iniciaria em 1988, com a morte de Chico Mendes.

Chico Mendes era um seringueiro e sindicalista local que fora transformado num nome mundial de defesa da Amazônia. Quem fez isto foram as ONGs por meio da promoção de diversos eventos, encaixados em circuitos, pela Europa e Estados Unidos (CARRASCO, 2004), tal qual fizeram com Paulinho Payakan, líder dos indígenas caiapós<sup>6</sup>. Ambos ganharam notoriedade global, suas presenças em eventos sensibilizavam a opinião pública para a causa que defendiam, de modo a ganhar o apoio quase instantâneo de quase todos que ouviam àquelas narrativas.

Esses esforços deram frutos em 1987, Chico Mendes, já projetado mundialmente, foi o ganhador do prêmio Global 500 do Programa das Nações

---

<sup>5</sup> Cf. Rogedo, 1991.

<sup>6</sup> Fora num dos eventos que Payakan participava, promovidos pela WWF, que Elaine Dewar (2007) sentiu-se sensibilizada pela causa – defesa da floresta dos povos que nela vivem - e passou a acompanhá-los de modo mais próximo. O desenrolar e desfecho dos acontecimentos vividos por ela revelam-nos parte substancial da rede mundial de ONGs à época; alguns dos nomes que aparecem possuem relação com o caso ianomâmi.

Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), além da Medalha de Proteção ao Meio Ambiente da Sociedade para um Mundo Melhor. Esta última, em inglês conhecida como *Better World Society*, pertencia a Ted Turner, também fundador da rede de notícias americana, CNN. Mas no ano seguinte, em decorrência de rixas locais com um fazendeiro, Chico Mendes foi assassinado, e como era de esperar-se, sua morte repercutiu mundialmente (CARRASCO, 2004). Atingiu ela três continentes, emissoras americanas, europeias e japonesas elevaram o nome de Chico Mendes ao altar dos grandes mártires da humanidade; o *New York Times* chamou-o de “mártir do holocausto amazônico”<sup>7</sup>. Missas foram rezadas pela sua alma em Londres e Washington, com a presença de nomes da NWF e outras famosas ONGs ambientalistas. Uma das consequências disso foi a pecha recebida pelo Brasil: o vilão ambiental global nº1.

Durante esses mesmos tempos, parte substancial da narrativa empregada pelas ONGs mundialmente consistia na incapacidade brasileira de cuidar da Amazônia, já então vista quase como que um patrimônio comum de toda a espécie humana. O já mencionado Thomas Lovejoy defendia que o Brasil deveria trocar parcelas de sua soberania da floresta por perdão de partes da sua dívida externa (CARRASCO, 2004); a proposta viria a ser endossada pelo próprio então presidente francês, François Mitterrand entre outras pessoas influentes, como o senador democrata americano Robert Kasten (DEWAR, 2004).

Diante desse descrédito generalizado do qual era vítima, não restava outra saída ao Brasil senão fazer concessões às demandas presentes na agenda ambientalista e indigenista, recrudescendo requisitos ambientais, criando instituições como o IBAMA e, entre outras diversas coisas, demarcar reservas indígenas. Ora, se o país enquanto Estado soberano não conseguia tomar conta de suas próprias matas, deixasse que os povos que lá vivem cuidem melhor; uma das conclusões possíveis de ser retirada da narrativa. Então, implementando a agenda desejada por ativistas, melhorar-se-ia a imagem do país perante o mundo, livrando-se um pouco da imagem de destruidor de florestas. Exemplificando a consequências desses mal bocados pelos quais passava o Brasil, há uma entrevista dada a Elaine Dewar, na qual Ricardo Oliveira, chefe da divisão de assuntos humanos e ambientais do Itamaraty recentemente criada, afirma que, ainda que a crise ambiental deflagrada

---

<sup>7</sup> Trecho retirado livro *Máfia Verde* (2004), não foi possível encontrar o original.

mundo afora pelas ONGs não tivessem nexos com a realidade, tinham feito com que o país não conseguisse um só empréstimo no Banco Mundial pelo período de quatro anos (CARRASCO, 2004).

#### **6.4 Os últimos acontecimentos da década**

Foi em meio a toda essa reviravolta que a CCPY voltou a movimentar a campanha para a homologação da reserva ianomâmi. O Brasil havia endurecido o tom de fala, engrossado a voz, e a campanha não possuía força suficiente para continuar; o assassinato de Chico Mendes e toda a série de acontecimento que se lhe seguiram fez com que o Governo desta vez perdesse força.

Se nos anos anteriores os ganhadores do prêmio Global 500 foram Paulinho Payakan e Chico Mendes, em 1989, quem o ganhou foi David Kopenawa (ALBERT; KOPENAWA, 2015); junto ao prêmio a Survival International promoveu-lhe um tour pela Europa, sensibilizando a opinião pública à causa ianomâmi e intensificando ainda mais as pressões no Brasil para a homologação da reserva.

Até então, o Governo Federal havia sido tocado por Sarney, que, muito embora não houvesse feito o que era preciso, resistira bem a certas demandas de ONGs e, de certo modo, defendendo interesses do país nas questões ambientais que eram levantadas. Em 1987, por meio do decreto 94.945, Sarney fez com que a reserva perdesse a continuidade, aconselhado por GT. Este, além de ser composto por representantes da FUNAI e do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, o era também por membros dos governos de Roraima e Amazonas, do Exército e do Conselho de Segurança Nacional. No parecer remetido, sugeriam a segregação do território ianomâmi em 19 ilhas por questão de segurança nacional, já que era território rico e fronteiriço. Mesmo com as pressões, audaciosamente, Sarney, três anos depois, em 1990, baixou ainda os decretos 98.659 e 98.960, e criou assim ilhas de garimpo em meio ao território ianomâmi (CARRASCO, 2004).

Porém, a resistência brasileira às pressões feitas pelas ONGs baixou drasticamente com a ascensão de Collor à Presidência da República. Mais sensível às pressões, o novo presidente em pouco tempo deu às ONGs envolvidas no Caso Ianomâmi o que queriam.

## Capítulo 7: A DÉCADA DE 90 E O DESFECHO

### 7.1 O lobby próximo a Collor

José Antônio Kroeff Lutzenberger é o nome do ambientalista convidado por Collor para ser o secretário de Meio Ambiente, com *status* de ministro. Ele era apenas um agrônomo quando decidiu abandonar sua carreira por causa de desilusões com as práticas de sua profissão em relação ao meio ambiente. Algum tempo se passou até que ele se engajasse de vez na onda ambientalista que ganhava vulto à época, e fundou a AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, em 1971 (AUGUSTO, 2010); outra ONG junto às numerosas que eram fundadas no período (CARRASCO, 2004).

Sua nomeação foi um caso de sensibilização causado pela narrativa ambientalista então em voga, que o levou a motivar-se posteriormente. Isto significa que Lutzenberger não fora instigado a ser um ativista famoso por contatos diretos com ativistas mais antigos, como era comum acontecer. Só depois que escreveu seu famoso livro *O Fim do Futuro? – Manifesto Ecológico Brasileiro* (1977) é que chamou a si a atenção de ativistas da Rede. A partir de então, a Fundação Gaia de Londres passou a financiar suas atividades aqui no Brasil; para ser mais preciso: em 1987. Começou então a ficar famoso e integrar-se com mais afinco nos círculos ambientalistas, não só nacionais como globais; foi até o ganhador de uma das edições do prêmio *Right Livelihood Award*<sup>1</sup>. Veio a nomeação para o cargo de secretário, que foi estrondosamente aplaudida pelos mais diversos ativistas de peso. O príncipe Charles tornou-se amigo de Lutzenberger, convidando-o inclusive para visitar-lhe em Londres, em 1990. Essa proximidade, de importância suma para redes no geral, ajudaria bastante nas ações futuras que iriam ser deflagradas em prol da causa ianomâmi e diversas outras ações em ambientalistas em curso no país (CARRASCO, 2004).

### 7.2 A homologação

---

<sup>1</sup> Conhecido como um prêmio nobel alternativo. Mais informações em: <<https://www.rightlivelihoodaward.org>>.

As manifestações que urgiam nos últimos anos acompanhou Collor quando visitou Londres, logo em sua primeira viagem oficial. A embaixada brasileira vinha sendo alvo frequente de protestos desde que Chico Mendes fora assassinado, e quando o presidente recém-empossado esteve na Inglaterra, outro ocorreu. Certamente era preciso acalmar esses ruídos todos, melhorar a imagem brasileira perante o mundo e voltar a conseguir negociar em órgãos internacionais sem a pecha de vilão planetário. Collor fez então a nomeação de Lutzenberger, junto à de José Goldemberg – outro ambientalista – para a pasta de Ciência e Tecnologia. Os resultados logo vieram: 30 parlamentares americanos parabenizaram-no por meio de uma carta pelas nomeações (CARRASCO, 2004), e o *The New York Times* publica matéria tratando o evento como um gesto de paz do presidente para com os ambientalistas. Não poderia fazer ele outra coisa senão homologar o território ianomâmi.

A *Survival International* providenciava mais atenção ao assunto divulgando palavras de Charles que tratava a situação dos ianomâmis como um genocídio coletivo. Ao passo que outras ONGs, principalmente a *Oxfam*, levavam o assunto para dentro do parlamento britânico. Lutzenberger foi ao país reunir-se com o Príncipe Charles, tratar do assunto e da posterior visita do mesmo ao Brasil (CARRASCO, 2004). No ano seguinte ocorreu a visita, mais precisamente em Abril.

“[...] ocorreu a esperada visita do Príncipe Charles ao Brasil, acompanhado de uma comitiva que incluiu, entre outros, o ministro do Meio Ambiente da Inglaterra, David Tripper, o diretor da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA), William Reilly, o coordenador de Meio Ambiente da Comunidade Europeia, Carlo Ripa di Meana e o presidente da *British Petroleum*, Robert Horton. Na ocasião, Charles promoveu um seminário de dois dias sobre temas ambientais a bordo do iate real *Brittania*, ancorado no Rio Amazonas. Tanto Lutzenberger quanto o presidente Collor de Mello estiveram entre os presentes.” (CARRASCO, 2004, p. 215)

Um mês após a visita, a Associação Americana de Antropologia lançou um documento contendo seu plano de ação em prol dos ianomâmis em que revela quem são as ONGs que estavam dando suportes eventuais à causa (CLAY *et al*,

1991)<sup>2</sup>. Ou seja, eram ONGs cujo objetivo principal não era a demarcação de território para os ianomâmis, e sim um diferente; mas como a defesa do meio ambiente e povos indígenas no geral fazem parte de suas respectivas narrativas – os motivam – então forneceram apoio à Survival International e à CCPY. Barbara Bramble, do NWF; Jason Clay, Survival Cultural<sup>3</sup>; Steve Schwartzman, do EDF; Terence Turner, famoso antropólogo dedicado ao estudo dos caiapós e a famosa antropóloga luso-brasileira Manuela Carneiro da Cunha foram uns dos ativistas que ajudaram a escrever o relatório que serviu como base ao plano de ação da AAA. Os demais foram Cláudia Andujar, Bruce Albert e Davi Kopenawa. Note-se que os primeiros, segundo Elaine Dewar (2007), eram um dos principais defensores da causa dos caiapós no Brasil e no mundo, e, por tabela, grandes promotores da agenda ambientalista no país. Enquanto os demais são os dedicados à causa ianomâmi, já mencionados aqui.

Logo em junho, a Venezuela fez a sua demarcação oficial da reserva ianomâmi, em área adjacente a então futura reserva ianomâmi brasileira. O que demonstra que a rede de ação, pressão e lobby ambientalista por lá agia também, muito embora não possua mais informações sobre. O que interessa, no entanto, é que tal fato contribuiu para que Collor viesse a homologar a demarcação posteriormente. À época, ele encontrava-se na capital americana, e recebeu uma carta de oito senadores democratas americanos que lhe diziam para demarcar a reserva; um destes senadores era Albert Gore, renomadíssimo ambientalista que viria a tornar-se vice-presidente dos EUA (CARRASCO, 2004). Interessante denotar que isto viria a repetir-se: Fernando Henrique Cardoso também receberia uma carta de congressistas americanos, em 1996, pedindo-lhe que demarcasse a terra indígena da Raposa Serra-do-Sol (FREGAPANI, 2011).

Passando-se três meses, Henner Ehringhaus, diretor do WWF, e outro congressista americano, John Battle reuniram-se com Collor para tratar da demarcação. Mais outro mês, e o presidente baixava o decreto que demarcou a área ianomâmi<sup>4</sup>. Em maio do ano seguinte, a reserva viria a ser homologada<sup>5</sup>. O trabalho

---

<sup>2</sup> Mais informações em: CLAY, Jason *et al.* Relatório da Comissão Especial da Associação Americana de Antropologia Sobre a Situação dos Ianomâmis do Brasil. **Associação Americana de Antropologia**. [S.l.: s.n.], 1991.

<sup>3</sup> Hoje parte dos quadros do WWF.

<sup>4</sup> Mais informações em: Decreto presidencial com número não disponível, de 19 de Abril de 1991. Disponível em:

de mais de três décadas de diferentes organizações, coordenadas em rede, deflagrando uma *netwar* cujo principal inimigo era o Estado brasileiro, rendeu frutos, neste caso, um do tamanho de Portugal.

---

<<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/YAD00263.pdf>>. Acesso em 03 de nov. de 2018.

<sup>5</sup> Mais informações em: NSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povo Yanomami**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>>. Acesso em 03 de nov. de 2018.

## Capítulo 8: A ANÁLISE DA REDE

### 8.1 A Organização

Levando em conta a cronologia dos acontecimentos delimitada nas últimas páginas, torna-se possível tentar visualizar, graficamente, como se constituiu a rede que atuou no Caso Ianomâmi. Lorenzo Carrasco (2004) dividiu as ações das ONGs em três momentos diferentes, acrescentarei porém um anterior ao primeiro; haverá portanto quatro desenhos da rede, mostrando-a em estágios sucessivos de evolução.

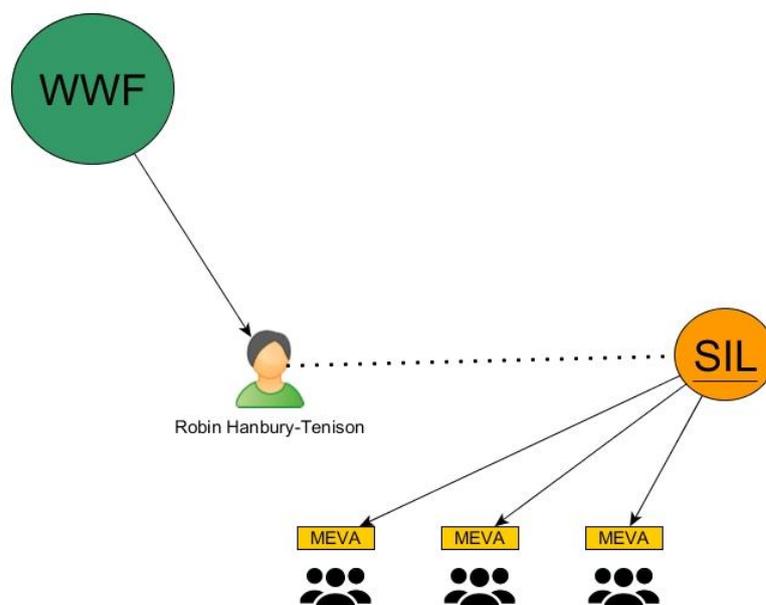
#### **8.1.1 Os estágios iniciais**

Como bem demarcado no primeiro capítulo, entre a década de 50 e 70, antes que os ativistas fundadores da Survival International adentrassem a área a fim de delimitar o território que posteriormente lutariam para que se criasse a reserva, outros ativistas estiveram lá, junto aos protestantes que compunham o MEVA. A partir da evidência deixada por Menna Barreto – a da Bíblia traduzida para o dialeto indígena – e das informações deixadas pelos editores da EIR, concluiu-se que eram os membros do Instituto Summer de Linguística (SIL). Estivesse ou não ligado ao resto da rede tais quais os demais nódulos – SI, CCPY, CEDI etc. – o fato é que o MEVA serviu perfeitamente aos interesses do SIL e demais ativistas que possivelmente estavam lá. Como mencionado, suas missões principais eram de natureza de pacificação: já que muitos índios eram agressivos, e algumas tribos ainda praticavam rituais antropofágicos (BARRETO, 1995).

Antes que se interponham os primeiros traços gerais deste momento de ação, é curioso destacar que os missionários protestantes, ao pregar o Evangelho a tribos indígenas, modificam suas respectivas culturas de modo profundo, já que lhes inserem valores completamente diferentes dos tradicionais que predominavam no período anterior à chegada. O problema é que isto é diametralmente oposto às narrativas utilizadas pelas ONGs, pois uma das justificativas para a criação de

reservas é justamente a preservação de culturas indígenas de influências do “homem branco”. Menna Barreto (1995) percebeu tal contradição, quando menciona no rodapé numa de suas páginas a imagem que viu, quando visitava um acampamento do MEVA, de um índio jovem, que agonizava dentro de uma maloca devido a alguma enfermidade, mas ao qual era recusado atendimento médico pelos ativistas e missionários do local, pois quaisquer procedimentos medicinais poderiam intervir na cultura daquela tribo, por isso o jovem contava apenas com um ritual feito por outro índio para curar-lhe. “Como se a evangelização não interferisse muito mais [na cultura]”, concluiu Menna (1995, p. 55). Isto ilustra bem a capacidade de uma rede – mais precisamente dos indivíduos que a regem – de adaptar-se à situação, agindo mais mediante conveniência em determinados momentos do que sobre princípios ideológicos: ora os missionários foram importantes, ora podem deixar de ser.

Anos após a pacificação, quando já havia postos estabelecidos junto às diversas tribos indígenas que compõem os ianomâmis, é que chegou Robin Hanbury-Tenison (CARRASCO, 2004). Não tive acesso a dados que comprovassem uma cooperação entre os ativistas em meio aos missionários, tal qual descrito por Menna Barreto, e o inglês que viria a fundar Survival International. Ajuda houve, certamente, ainda que não houvesse intenção, do contrário todo o trabalho de primeiros contatos com as tribos teriam de ser feitos pelos próprios membros da SI; resta a questão se houve cooperação direta, acompanhada de elementos que caracterizam um *link* comuns a uma rede, como pontos comuns da narrativa, laços sociais entre membros das organizações etc. (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).



**Figura 4:** a primeira fase da atuação da rede.

Dado que as diretrizes para a fundação da Survival International saíram de dentro do WWF, bem como os recursos financeiros para tal, a organização figura na imagem ligada a Hanbury-Tenison, que também era colega de alguns diretores da organização (CARRASCO, 2004). A ele encontra-se ligada também uma linha pontilhada que vai de encontro ao SIL, demonstrando que houve um trabalho anterior à sua chegada e que lhe ajudou em seu empreendimento. Ao SIL, por sua vez, estão ligados blocos amarelos que representa a organização protestante MEVA, juntos às tribos indígenas da região norte de Roraima e do Amazonas.

Após o trabalho de campo, tanto dos ativistas em meio aos missionários, quanto de Hanbury-Tenison em suas expedições, surgiu a Survival International. Novamente: ela surge como um braço, local e especializado, do famoso WWF (2004). É um tanto quanto comum que ONGs de alcance mundial como o WWF, já há muito fundadas, possuam braços como a Survival International; isto acontece para que o movimento penetre de modo mais intenso no nicho em que deseja atuar, personalizando-se de acordo com a região e assim motivando atores locais a colaborarem, ao passo que se sensibiliza muitos outros, angariando-os para a causa bem como ajuda o movimento como um todo a expandir-se. É comum a organizações ambientalistas segmentarem-se, e esse fator de especificidade, de atuação específica em nichos, é apenas mais um entre outros que provocam tais fenômenos (GERLACH, 1991 *apud* ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

De qualquer modo, no fim das contas, a SI era o laço regional com a rede mundial de ONGs (CARRASCO, 2004); à mesma maneira que, no México, ONGs regionais contatavam as mundiais para ajudarem-nas na questão zapatista.

Ainda que fosse tida como um braço do WWF, a Survival International possuía bastante autonomia, e movia-se, para utilizar as palavras de Gerlach (1991 *apud* ARQUILLA; RONFELDT, 2000), sem precisar ser motivada a tal. Os membros que a compunham sabiam o que deveriam fazer, como fazer e o porquê de ser feito, sem que contínuas novas diretrizes necessitassem ser exaladas. Como em tal situação o objetivo específico da SI era a homologação das terras contínuas nas fronteiras, o WWF atuava como um suporte, exercendo pressões quando necessário – como no caso da visita a Collor, na década de 90 –, não fazendo o papel principal, como *advocacy*.

Isto não significa que, caso preciso fosse, a agenda de atuação não pudesse ser mudada; grandes ONGs tal como o próprio WWF, ou a UICN, têm grandes capacidades de definirem agendas; parte disto deve-se ao fato de que delas é que partem recursos financeiros que ajudam a fundar ou sustentam as demais ONGs. No caso da Survival International, as doações que a financiaram, ao menos em sua fundação e primeiras operações, partiram do WWF, na figura de Sir Peter Scott, e por outro membro participante da fundação da entidade, Edward Goldsmith, primo de James Goldsmith, grande financista de causas ambientalistas (CARRASCO, 2004). Grandes doadores geralmente desejam que seu dinheiro seja aplicado num fim específico, por uma causa que mais se solidariza, e não deixa amplo espaço de escolha para as ONGs (CARRASCO, 2004). No caso do SIL, sua grande financiadora foi a família Rockefeller, principalmente nos anos finais da década de 40<sup>1</sup>.

### **8.1.2 A Criação da CCPY**

---

<sup>1</sup> Cf. Carrasco, 2004, p.132-133. Os Rockefellers desejavam “preparar o terreno” para grandes empreendimentos, como de exploração mineral, por isso desejavam que os indígenas habitantes de tais locais, fossem pacificados. À época, conta-se que tais interesses foram barrados pela oposição firme de Getúlio Vargas.

Após as primeiras ações da SI terem alarmado o Governo Federal, que efetuou a expulsão de sua equipe, veio a fundação da CCPY; à época, a intenção era de nacionalizar a campanha (CARRASCO, 2004), torná-la mais efetiva pois, ao que parece, os esforços de uma só ONG não estavam sendo suficientes. Digo isto como conjetura, em verdade, não há dados suficientes que expliquem a formação da CCPY. Porém, de fato, seus esforços mostraram-se mais efetivos; contando com o apoio da SI e a conjuntura mundial, cuja pigmentação verde tornava-se mais numerosa e bem mais visível.

É possível comparar a situação da CCPY com a CONPAZ, no México, visto que ambas foram uma comissão – ou coalizão, a preferir – voltadas para fins específicos. No caso mexicano, a coalizão fora formada por diversas ONGs locais que, movidas pelo mesmo objetivo, decidiram unir suas forças e orçamentos para atuar em prol deste (ARQUILLA; RONFELDT, 2000); enquanto a CCPY fora composta por ativistas individuais, principalmente Bruce Albert, Cláudia Andujar e Robin Hanbury-Tenison. Suas intenções, como dito no capítulo 5, eram, além de nacionalizar a campanha, propagar a causa para que mais pessoas se manifestassem e apoiassem a criação da terra indígena; dar visibilidade a partir da junção de influências. A CONPAZ, porém, tinha ainda a função de levar suprimentos aos zapatistas (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

A diferença fundamental entre ambas vem com a função desempenhada pela arquidiocese local. A CONPAZ era baseada da Arquidiocese de San Cristóbal, mostrando o papel importantíssimo desempenhado pelos padres da Teologia da Libertação nos acontecimentos em torno da insurgência zapatista. Voltando capítulos atrás, até chegar na imagem 1, é possível ver, graficamente que o ponto de articulação entre o EZLN e as ONGs locais, que por sua vez faziam contato com as ONGs globais, era precisamente a arquidiocese. No Brasil, anos antes, a CCPY atuava como a ONG local – que viria a articular-se com outras locais posteriormente –, não necessitava de um ponto de convergência, pois poderia fazer o contato com as lideranças indígenas – possivelmente até criando-as – por meio apenas dos protestantes ou ativistas ali instalados.

Lembrando que o caso zapatista foi uma revolta local que as ONGs deram projeção mundial; não foram, portanto, os principais atores do começo ao fim, o carro puxador, em dito popular. Mas assim foram no caso brasileiro, desde as ações da SI no princípio, até a homologação, o capítulo final. Isto é o mesmo que

dizer que: não foram os indígenas que, ao presenciarem algumas injustiças, começaram a revoltar-se contra o Estado brasileiro, fazendo insurgências, protestos, manifestações etc., foram as ONGs que, sob suas perspectivas, passaram tais noções de injustiças às lideranças tribais, criando assim a longa trajetória do caso ianomâmi. As ONGs, portanto, venderam sua causa aos indígenas, sob a folhagem da causa os pertencer, e eles a compraram, junto ao resto do mundo. Davi Kopenawa, liderança indígena ianomâmi, viria a tornar-se um proeminente membro da CCPY, demonstrando essa adesão à causa.

Neste momento, contudo, o que interessa é a posição da CCPY na rede que atuava até então. Novamente: entrou como mais uma organização quase cem por cento autônoma, oscilante somente em relação às agendas postas pelos financiadores<sup>2</sup>, mas que sabia o que fazer e como saber, sem recorrer a outrem. De qualquer modo, era o CCPY que coordenava agora, os principais esforços de campanha. Traduzindo isto graficamente, assim ficaria:

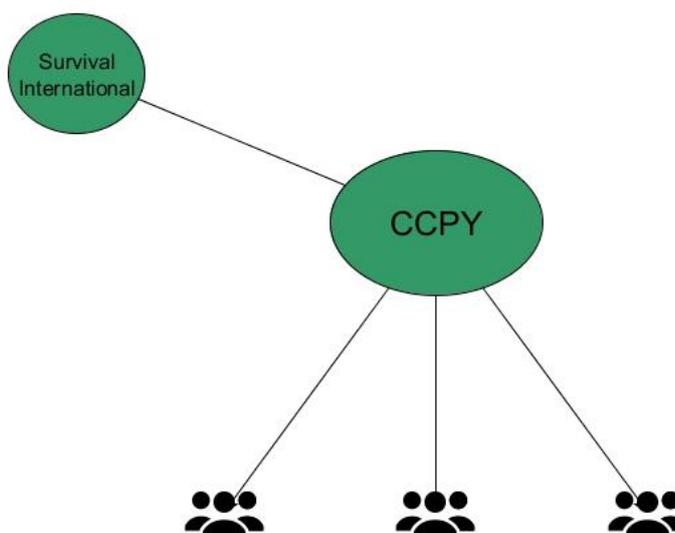


Figura 5: a criação da CCPY

Por mais que, segundo Menna Barreto (1995), os missionários protestantes continuassem nos mesmos locais em que estavam anteriormente à criação da CONPAZ – dada em 1978 –, sua atuação deixou de ser importante como

<sup>2</sup> Neste caso, não há informações de quem eram os financiadores específicos da CCPY. Razoavelmente há chances de terem sido os mesmos da Survival International – Rothschilds e WWF, principalmente – mas nada comprovado com dados. Contudo, independente de quem sejam os financiadores, a homologação da reserva continuava sendo o objetivo principal de suas doações por trás da agenda.

outrora, visto que lideranças indígenas – como Kopenawa – já estavam em contato direto com os coordenadores da campanha; já havia a comunicação direta, portanto.

### **8.1.3 A Teologia da Libertação**

Já é sabido que a Teologia da Libertação, na figura de seus padres e bispos, atuava fortemente no norte de Roraima, resta-nos saber como se deu essa atuação especificamente no Caso Ianomâmi, já que a própria diocese local destaca isto como um ponto marcante de sua história.

A chegada em Roraima do bispo Aldo Mongiano, em 1979, representou o início de uma atuação mais enérgica dos sacerdotes ligados a essa doutrina. Por mais que haja indícios de que o bispo anterior já tivesse começado um trabalho de aproximação com os ianomâmis<sup>3</sup>, foi a partir da vinda da regência das igrejas locais feita por Aldo, que a população local, segundo nos conta Menna Barreto, começou a reclamar de diversas perturbações públicas causadas por indígenas instigados por padres. Tais perturbações, ainda que feitas por tribos alheias às que compunham os ianomâmis, vestia como luva na narrativa propagada pelas ONGs do caso: a de que a instabilidade local atingia níveis alarmantes, provocada por ataques de garimpeiros, fazendeiros e outros grupos a indígenas.

Ainda que essa cooperação acontecesse, e mesmo que se some às outras que futuramente iriam a acontecer, a rede composta pelos seguidores da Teologia da Libertação parecia ter certo paralelismo em relação à principal (CCPY, Survival International, WWF etc.). De forma nebulosa, Menna Barreto (1995) percebeu essa cooperação e convergência de doutrinas diversas, aparentemente alheias umas às outras, entre os ativistas e os sacerdotes seguidores da TL. [Eu pude] *testemunhar o abuso de terem transformado o índio em instrumento da subversão marxista, a leste, e em disfarce da infiltração imperialista, a oeste* (BARRETO, 1995, p. 13).

Esse trecho serve não só para comprovar essa percepção da aparentemente estranha junção de forças, mas como também para demonstrar como a atuação de entidades diferentes – com doutrinas e narrativas diferentes –

---

<sup>3</sup> Mais informações: DIOCESE DE RORAIMA, **História**. Disponível em: <<http://diocesederoraima.org.br/index.php/diocese-2/historia/>>. Acesso em 15 de nov. de 2018.

em coordenação mútua, consegue desorientar os que estão alheios a elas, principalmente quando se é um agente estatal preocupado em defender interesses nacionais e tem de enfrentar atores organizados em rede (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

Se pelo lado dos ativistas ambientais a principal organização global que cuidava do tema era o WWF, pelo lado dos sacerdotes da Teologia da Libertação, a principal organização por trás, em questões ambientais e indígenas, especificamente, era o Conselho Mundial de Igrejas. No capítulo 5 expliquei como esta organização articulou-se para que fossem criadas outras de atuação mais local, tal qual a SI em relação ao WWF, porém é necessário explicar novamente a fim de demonstrar de forma gráfica parte de sua atuação.

Em 1972, seis anos antes da fundação da CCPY, o CMI patrocinou a criação do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, uma entidade vinculada à CNBB<sup>4</sup> – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Assim como a Survival International, e muito bem sugerido pelo nome, o CIMI é o segmento local destinado a cuidar de assuntos indígenas; mas não apenas no Caso Ianomâmi, especificamente, como a principal missão da SI fora, e sim de todos os casos brasileiros ao alcance de sacerdotes seguidores da teologia da libertação ligados ao tema indigenista (CARRASCO, 2004). Se voltarmos pouco mais atrás, em 1965, o CMI também fora fundamental na fundação do CEDI – Centro Ecumênico de Informação e Documentação, outra ONG ativa no Caso Ianomâmi. Os principais objetivos dessas organizações – CMI, CIMI e CEDI – é a defesa de maiores parcelas de autonomia dos indígenas, não é toa que o CMI também participou da revolta zapatista no México, novamente sob os auspícios dos sacerdotes da TL (CARRASCO, 2004).

Apesar da proporção dessa organização no contexto brasileiro relativo ao tema, no Caso Ianomâmi, especificamente, o CIMI limitou-se a apoiar ações que eram coordenadas pela SI e CCPY, logo, não eram os protagonistas na campanha de então. Mesmo assim, ajudaram bastante a dar visibilidade a ela, além de apoio local nas articulações – não essenciais. A Diocese de Roraima, que tinha acabado de ganhar esse status que lhe confere maior autonomia, não fora tão crucial para articulação das ONGs com movimentos locais como o fora a Arquidiocese de Sán

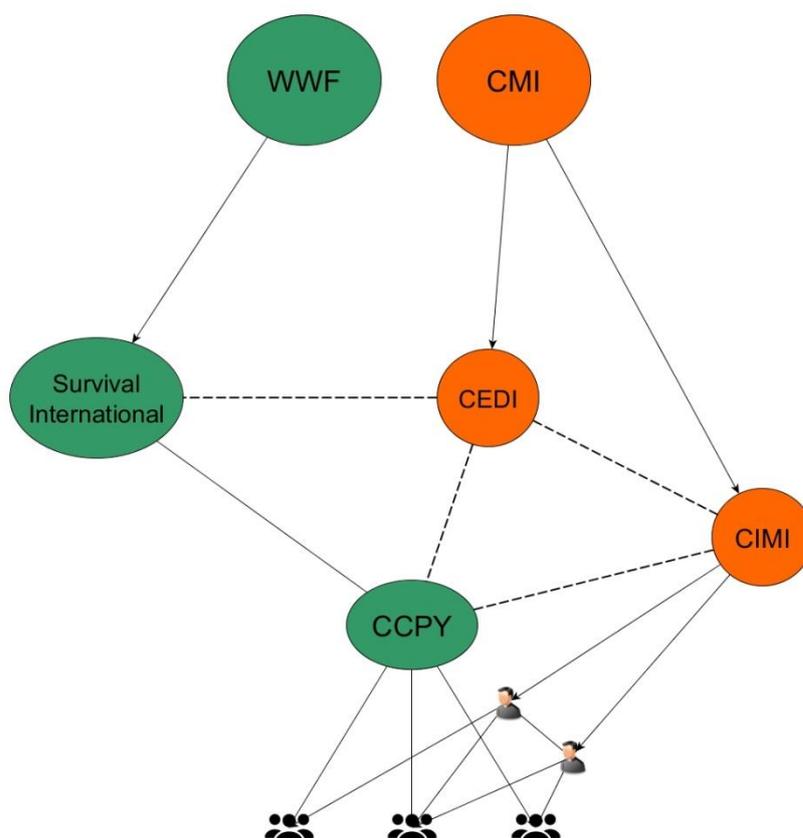
---

<sup>4</sup> Mais informações: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, **Apresentação**. Disponível em: <<https://cimi.org.br/o-cimi/>>. Acesso em 15 de nov. de 2018.

Cristóbal, no México. De qualquer modo, é altamente verossímil que os padres responsáveis pelas perturbações que se deram no até então pacato norte de Roraima, relatadas a Menna Barreto (1995) pelos habitantes de lá, fossem ligados ao CIMI.

Antes que passemos à visualização gráfica da rede com a introdução dessas novas organizações, deve-se demonstrar que, apesar de envolver sacerdotes e até bispos, tais organizações nada têm a ver com a Igreja Católica. Suas atividades tem se desviado de tal modo das finalidades católicas que o papa emérito Bento XVI, então cardeal, disse que muitos bispos latinos lamentavam-se com ele o fato de que o CMI vinha patrocinando uma série de movimentos subversivos danosos ao Evangelho<sup>5</sup>.

Considerando que o papel do CIMI e CEDI foram mais periféricos, apesar de importantes, foram incluídos graficamente na rede que atuou no Caso Ianomâmi a deixaria assim:



**Figura 6:** a atuação das organizações de cunho religioso.

<sup>5</sup> Mais informações em: MSIA – Movimento de Solidariedade Ibero-americana. **A Comissão da Verdade e o Conselho Mundial de Igrejas**. Disponível em: <http://www.msia.org.br/a-comissao-da-verdade-e-o-conselho-mundial-de-igrejas/>. Acesso em 15 de nov. de 2018.

Por mais que o intuito do desenho seja simplificar a explicação do que ocorreu, a quantidade de entidades envolvidas, bem como suas respectivas ligações e coordenações entre si, deixa-o complexo. Como se pode visualizar ao lado esquerdo, temos a atuação das ONGs verdes, ambientalistas e indigenistas, formadas por ativistas sem ligação com a Igreja Católica que têm como seus principais fomentadores e patrocinadores o WWF, que também chefiam a campanha ianomâmi; ao lado direito tem-se a linha auxiliar na campanha, de organizações cujo principal fomentador e patrocinador é o CIMI, e tem na sua base, em vez de ativistas, sacerdotes seguidores da Teologia da Libertação e seus respectivos apoiadores. A linha contínua significa uma coordenação mais ampla, envolvendo envio de fundos, membros, diretrizes, informações etc., enquanto a linha pontilhada representa apenas o apoio em determinadas campanhas, motivados ou não pela solidariedade das causas, ou pela convergência de pautas.

Ressalta-se: por mais que os patrocinadores forneçam diretrizes, em determinados momentos, não há hierarquia entre as ONGs (ARQUILLA; RONFELDT, 2000); a CCPY é o carro chefe, a proa, da rede no caso ianomâmi, mas de modo algum ela comanda o CEDI e o CIMI, nem é comandada pela SI; WWF e CMI também não são “chefes” das organizações abaixo no desenho, apenas são mais influentes e poderosas que elas.

Esses desenhos dão-nos a impressão de que, por dentro as organizações são maciças, como bolas de bilhar (fazendo a clássica referência), e que há uma quase completa ausência de dinâmicas por dentro das mesmas, quando é o contrário. Por dentro, elas podem ser organizadas hierarquicamente, isto é, pode haver um líder e uma cadeia de comando, assim como também pode haver um mecanismo de opinião, em que diversos ativistas participam das tomadas de decisões, ainda que limitados por alguma agenda (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Explico-me: tomando o CEDI como exemplo, pode ser que, hipoteticamente, ele tivesse dentro de si um corpo de ativistas e sacerdotes da Teologia da Libertação que mutuamente, por meio de um conselho, tomassem as decisões sobre as estratégias do grupo – o que iriam fazer neste ponto, como procederiam em outro, vamos ou não fazer isto etc. –; mesmo com essa autonomia, não deixariam de solidarizar-se e cooperar com a agenda postulada pela SI, que colimava demarcar a reserva ianomâmi; agenda esta não escolhida por eles. Fosse regida por um



Tem-se então que a rede possui um formato híbrido: é estrelado por um lado, isto é, todas as organizações necessitam das informações (ou coordenações) vindas da CCPY para atuar, típica de redes estreladas, ao passo que algumas podiam comunicar-se umas com as outras – as ONGs ligadas ao CMI –, capacidade típica de redes do tipo multicanal. Não se pode inferir disto que a CCPY exercesse sobre as demais uma ‘chefia’, posicionando-se no topo numa cadeia de comando; tampouco se pode dizer que, numa situação hipotética em que o Governo resolvesse por cabo nesta situação expulsando os membros da CCPY, a rede iria acabar, desfazer-se; é muito provável, aliás, que outra ONG surgisse e assumisse as rédeas da campanha, uma vez que a narrativa, neste momento, estava muito bem disseminada, sendo capaz de motivar outros ativistas.

Esta configuração é específica ao Caso Ianomâmi, de modo algum representa a atuação destas ONGs em outras campanhas ambientalistas e indigenistas movidas nesta época.

#### **8.1.4 O Formato Final**

O Governo brasileiro, mesmo diante da complexidade da rede e seus sucessos, conseguiu reagir e fazer com que a campanha em prol da reserva dos Ianomâmis se retraísse; logrou até a imposição da descontinuidade da reserva, separando-a em 19 ilhas. Contudo, as demais campanhas, pelos mais variados objetivos de ordem ambiental e indígena Brasil afora ainda estavam ativas, algumas mais outras menos, logo, as pressões contra o Governo vindas de diversas frentes ainda existiam. A morte do seringueiro Chico Mendes em 1988, no entanto, jogou o Brasil na defensiva outra vez; as ONGs aproveitaram a ocasião e reativaram suas respectivas campanhas, agora de vento em poupa contra o “vilão planetário número um” (CARRASCO, 2004).

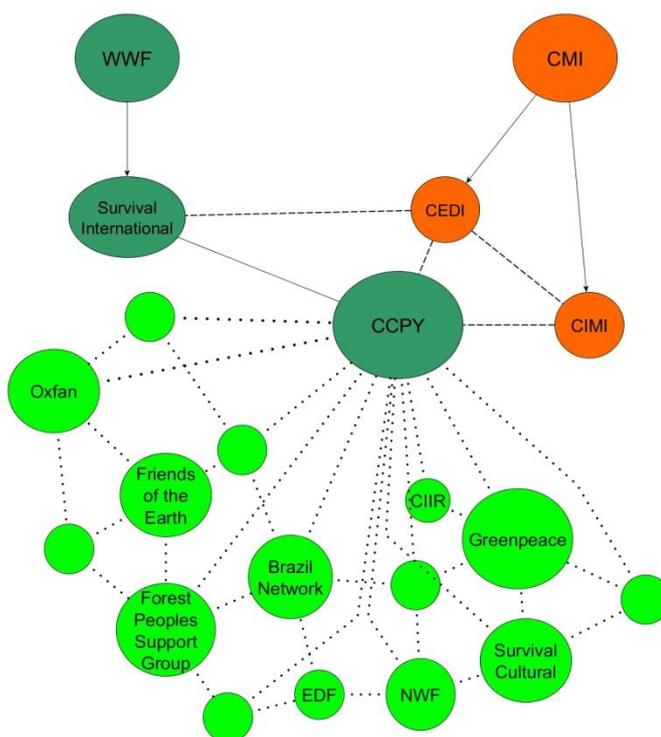
Foi neste contexto que diversas ONGs convergiram seus ataques contra o Brasil. Enquanto a Survival International, junto a Friends of the Earth, Oxfam, Greenpeace e a Forest Peoples Support Group promoviam manifestações barulhentas na embaixada do Brasil em Londres, a CIIR – Catholic Institute of International Relations (também não ligada à hierarquia da Igreja Católica – e a ONG Brazil Network promoveram um seminário intitulado Amazônia: Meio Ambiente de

Quem? Floresta de Quem?, numa outra cidade britânica. Apesar de tais manifestações serem voltadas à defesa da Amazônia como um todo, isto é, abraçando a agenda ambiental voltada ao Brasil de um modo geral, o Caso Ianomâmi também estava inserido nela, logo, ajudava-o indiretamente.

Assim como no México, onde muitas ONGs envolvidas na campanha em prol do movimento zapatista não estavam presentes; no caso Ianomâmi ocorreu a mesma coisa: havia ativistas apenas divulgando a causa via internet, no conforto de seus lares ou escritórios, enquanto outros faziam *lobby* junto a seus governos, já alguns estavam Brasília atuando diretamente com políticos etc., apesar de não ser possível afirmar plenamente, poucos eram os ativistas que de fato iam até Roraima.

Como o apoio existia, ainda que indireto, à causa Ianomâmi exalada pela Survival International e CCPY, pode-se incluir essas ONGs que ajudaram a intensificar as campanhas contra o Brasil na rede que atuava até então. A National Wildlife Federation, Survival Cultural e o Environmental Defense Fund foram outras organizações que deram apoio à causa em outros momentos. Somando-se essas ONGs – as identificáveis – às inúmeras outras que também deram apoio à causa, seja ajudando a disseminá-la, seja fazendo *lobby* ou manifestações, temos um número considerável de organizações envolvidas nesta fase final.

Pondo isto graficamente, temos a seguinte figura:



**Figura 7:** a rede da fase final.

As linhas demasiadas pontilhadas representam o apoio dado à CCPY, mas que não fora tão forte quanto o dado expressado nas linhas contínuas e menos pontilhadas. As entidades com nomes, representadas nos círculos verdes, demonstram as ONGs que deram um apoio na fase final da campanha, nos períodos próximos à homologação da reserva; os círculos sem nome são entidades que ajudaram, mas que não se sabe quais especificamente, estão dispostos em números aleatórios justamente porque não é sabido qual a quantidade de entidades que se envolveram de modo periférico na campanha ianomâmi, dada a sua magnitude. Mas elas não contribuíram como as especificadas de cor verde escuro e laranja. Segundo a própria descrição da CCPY:

*“No Brasil, o CED, NDI, CIMI, Diocese de Roraima, Comissão Pró-Índio de São Paulo, entre outras, trabalharam na campanha de demarcação da área indígena [ianomâmi], até sua realização, em 1992. Importante também foi o apoio sem reservas e durante muitos do senador Severo Gomes.”(CCPY, [199?] apud CARRASCO, 2004, p.102)*

Todo este aparato, junto a pelo menos um senador – Severo Gomes, Lutzenberger na Secretaria de Meio Ambiente, com *lobby* junto ao Governo Federal, e pressões externas de órgãos internacionais provocados por estas mesmas ONGs que aparecem nas figuras, fez com que o Brasil não conseguisse revidar; ainda que tivesse força, não se sabia como.

## **8.2 A Narrativa**

### **8.2.1 Uma Narrativa em Si**

No primeiro capítulo, quando discorrendo da *netwar* do caso mexicano, de modo genérico e superficial, tratei dos efeitos das narrativas; e antes que passe às narrativas das ONGs que atuaram no Caso Ianomâmi, faz-se necessário aprofundar sobre as narrativas em si, isto é, o conceito.

Dada uma situação qualquer, ou um acontecimento, seja em qualquer contexto político e social, em qualquer país; algum grupo irá contar a sua versão dessa situação ou acontecimento. Esta versão não será necessariamente verdadeira

nem falsa, mas de qualquer modo servirá para que o grupo político que a propaga motive seus membros a atingir tal ou qual objetivo, além de justificar a própria existência. Isto é, precisamente, a narrativa: uma versão de conjunturas, acontecimentos, situações etc. contadas por um grupo político como um discurso autojustificativo e motivador (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

Trazendo a um caso hipotético de uma ONG ambiental: imagine que um determinado grupo de ativistas tenha certa preocupação desta natureza, ou apenas possua um objetivo alheio, mas que o verniz ambiental se encaixa bem, de modo a cobrir as suas reais intenções. Eles farão um então certo discurso, que servirá não somente para angariar mais membros à sua causa – ajudando-a a atingir seu objetivo político –, como também explicará o motivo de existirem; o discurso dá sentido à existência, ainda o do caso discurso não passar de disfarce a outras intenções, ele o justificaria perante terceiros e a sociedade (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

A narrativa dá identidade a um grupo; ajuda os membros a identificarem-se uns com os outros, com base no nível de adesão à causa, ideologia etc., e a identificarem seus inimigos; cria-se então um sentimento de solidariedade, de apoio mútuo, que dá liga, funcionando como a argamassa de uma rede: somos nós contra eles (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Ao ver uma ONG que defenda uma causa semelhante à sua, lutando contra mineradores, por exemplo, um ativista sente-se motivado a apoiá-la; ao fazer isto estará lutando pelo seu objetivo, e contra um inimigo comum.

*“First of all, stories express a sense of identity and belonging—who “we” are, why we have come together, and what makes us different from “them.” Second, stories communicate a sense of cause, purpose, and mission. They express aims and methods as well as cultural dispositions—what “we” believe in, and what we mean to do, and how.” (ARQUILLA, RONFELDT, 2000, P. 328).*

Como dito, narrativas também atingem terceiros, sensibiliza-os; mesmo que um indivíduo não tenha adesão a elas como membros do grupo político que as propaga – no nosso caso, os ativistas – pode ser que o apoie de outras maneiras, desde adotar tais ideias como opiniões, seja fazendo doações à causa etc.. No caso de entidades que componham redes, ajudam a mobilizar populações locais e, com o advento de novos meios de informação, até mesmo parcelas da população mundial.

### 8.2.2 A Estória Contada Pelos Ativistas

“Comandante da Fronteira de Roraima nos idos de 1969, vi com surpresa as sucessivas denúncias de um pretense genocídio dos ianomâmis, que renomados jornais do Brasil e do exterior publicaram a partir de 1973” (BARRETO, 1995, p.13)

Assim é que Menna Barreto começa a descrever seu livro, relatando como chegavam a ele sucessivas estórias de um genocídio que vinha ocorrendo contra tribos indígenas numa região que cuidou por três anos. Esta é uma parte da narrativa, a outra, é descrita logo em seguida.

*No período em que lá estive, empenhado em reconhecimentos, experiências e estudos necessários ao planejamento operacional, não ouvi jamais qualquer menção a uma tribo com esse nome. (BARRETO, 1995, p.17)*

Em suma, tem-se que a estória contada pelos ativistas a todos que lhes ouviam era de que havia uma etnia – não apenas uma tribo – ianomâmi no norte de Roraima e Amazonas, e também ao sul da Venezuela, e necessitava de ajuda e proteção contra um genocídio em curso.

Bruce Albert, em seu livro *A Queda do Céu* (2015), escrito junto a Davi Kopenawa, ambos membros da CCPY, dá, logo no prólogo, um resumo da narrativa comum das ONGs que compunham a rede sobre os ianomâmis. Primeiro, descreve-os:

*Os Yanomami constituem uma sociedade de caçadores-coletores e agricultores de coivara que ocupa um espaço de floresta tropical de aproximadamente 230 mil quilômetros quadrados. [...] Sua população local é estimada em mais de 33 mil pessoas repartidas em cerca de 640 comunidades [...] (ALBERT; KOPENAWA, 2015, p.44)*

Posteriormente, narra o avanço de representantes do Governo brasileiro, missionários católicos e protestantes sobre suas terras, bem como dos problemas que viriam a trazer, pois abriram espaço para que garimpeiros buscassem massivamente ouro na região. Segundo Albert (2015), havia episódios de violência contra os indígenas, que eram também vítimas de doenças letais para as quais não possuíam imunidade. Ele conta como Kopenawa sofreu com tais consequências:

*Quando criança, David Kopenawa viu seu grupo de origem ser dizimado por duas epidemias sucessivas de doenças infecciosas propagadas por agentes do SPI6(1959-1960) e, depois, por membros da organização americana New Tribes Mission (1967). (ALBERT; KOPENAWA, 2015, p.44)*

Alguns parágrafos depois, o antropólogo francês conta que Kopenawa, transtornado pelos ianomâmis que morriam em quantidades enormes, engajou-se numa luta em defesa de seu povo e da Floresta Amazônica, após anos de luta em prol da legalização dos territórios ianomâmis (ALBERT; KOPENAWA, 2015).

Têm-se assim os pilares principais que compunham a narrativa das ONGs engajadas no Caso Ianomâmi. Não obstante a existência da etnia ianomâmi, eles deveriam defendê-la das ameaças de diversos grupos, principalmente garimpeiros, e a melhor forma de se fazer isto era lutando pela criação de uma reserva onde pudessem viver alheios a ameaças. Survival Cultural e CCPY foram as principais propagadoras dessa narrativa; ambas, aliás, serviram-se dela para justificar suas respectivas criações e angariar apoio à causa, tal qual explicado no subponto I: A Narrativa em Si.

É possível notar, não apenas no prólogo, como em todo enredo do livro, que apesar da especificidade da narrativa resumida nos parágrafos anteriores, ela está inserida numa narrativa maior, bem mais abrangente, de defesa da Amazônia, o que aumenta bastante o potencial de apoio de ONGs dedicadas a essas causas. Isto só é possível graças à estrutura básica com que a narrativa ambientalista é composta; ela consiste basicamente em dois níveis: um nível básico, o primeiro, que são crenças básicas e temas centrais da narrativa ambientalista como um todo, articulados em *slogans* e jargões – como defesa do meio ambiente, economia sustentável, preservação das florestas etc. – comungados por todos os ativistas adeptos. Num segundo nível, há uma especificação em temas inclusos no primeiro nível – o que em parte explica a divisão e surgimento de diferentes entidades, cada qual atuando num nicho específico (GERLACH, 1991 *apud* ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

Ao colocar a defesa da Amazônia como um de seus objetivos, Albert e Kopenawa (2015) mostraram sua inclusão na narrativa – ideologia – ambientalista como um todo, apesar de estarem atuando especificamente na demarcação de um

---

<sup>6</sup> Serviço de Proteção ao Índio, órgão governamental antecessor à FUNAI.

território indígena. Isto solidifica ainda mais os laços, senão estabelece-os, entre as entidades às quais pertencem e as demais da rede ambientalista global.

Ativistas como eles – Albert e Kopenawa –, bem como Cláudia Andujar e Robin Hanbury-Tenison sobressaem-se sobre os demais ativistas, não só por serem fundadores de ONGs, como também por serem os responsáveis por divulgar a causa a qual defendem para os demais. Por espalharem a narrativa a outros grupos, entidades governamentais, da mídia e da sociedade no geral, são conhecidos como evangelizadores. Além desta importante função, eles também desempenham papéis internos, que vão desde a motivação de membros de entidades – principalmente em momentos difíceis –, passando pelo reforço em suas crenças até a ajuda a angariar novos membros (GERLACH, 1991 *apud* ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

Em geral, líderes de células de uma rede, são deste modelo: diferente das chefias de grupos hierárquicos, na qual a posição subalterna exorta a obediência, os líderes ambientalistas e outros são mais doutrinários do que dirigentes ou comandantes (ARQUILLA; RONFELDT, 2015); devem inspirar mais do que comandar, fazer com que os membros tenham motivação suficiente para continuar atuando pela causa, função esta que se torna mais relevante ainda em momentos de extrema dificuldade, pode-se dizer até mesmo que, quando necessário, líderes elaboram narrativas sobre situações, justamente para este fim. Se, ao contrário disto, comandar, provavelmente há de ser gerada uma insatisfação no movimento como um todo; por isso decisões geralmente são feitas em um conselho, ou mesmo perante um consenso geral.

Cláudia Andujar ganhou notoriedade por suas fotos dos ianomâmis; antes era jornalista, tendo vários pedidos de trabalho recusados, até suas fotos das tribos do norte de Roraima, feitas a pedido da revista Realidade, circularem em renomeadas revistas estrangeiras e sua fama se lhe aparecer; mas foi aí que quis aprofundar-se no estudo dos ianomâmis, fundou então um grupo de estudos, embrião da CCPY<sup>7</sup>. Seu destaque na atuação foi reconhecido por Menna Barreto e Lorenzo Carrasco. Robin Hanbury-Tenison, apesar de não ter tido o mesmo destaque de Andujar, pode ser visto como um evangelizador; quando da fundação da Survival International, estava presentes nas mesmas reuniões que Adrian Cowell – célebre cineasta por

---

<sup>7</sup> Mais informações em: O ÍNDIO NA FOTOGRAFIA BRASILEIRA. **Cláudia Andujar – Yanomâmi: a etnopoética da imagem**. Disponível em: <<http://povosindigenas.com/claudia-andujar/>>. Acesso em 17 de nov. de 2018.

filmes sobre a destruição da Amazônia -, Francis Huxley, filho de Julian, fundador do WWF, e Edward Goldsmith – fundador da revista *The Ecologist* (CARRASCO, 2004). Se, portanto, a Survival International tinha contatos com importantes membros do movimento ambientalista em sua maior escala, era graças a Robin Hanbury-Tenison. O destaque de Kopenawa legou-lhe a conquista do prêmio Global 500 da ONU<sup>8</sup>, e assim por diante.

Sem estes destaques, era bem possível que os planos de demarcação da reserva levado a cabo pelos ativistas minguassem. A maneira como espalharam as narrativas deram-lhes amplo apoio entre inúmeras outras ONGs, dedicadas a igualmente inúmeras outras causas.

### 8.2.3 O CMI

Como se sabe, a narrativa exalada pelas ONGs dedicadas à demarcação de terra dos ianomâmis conseguiu atrair outras por causa dos valores comuns entre os todos os ambientalistas. Mas e no caso do CMI, uma entidade global que congrega diversas denominações protestantes no mundo, junto ao CIMI, outra que contava com bispos católicos em seus quadros; qual o campo comum de uma narrativa indigenista-ambientalista com as dessas organizações, notadamente de cunho religioso?

Desde que as suas raízes estavam sendo lançadas, que datam de décadas anteriores à sua fundação, o CMI é eivado de uma narrativa ecumênica, voltada principalmente às denominações protestantes; neste há uma grande distância entre as preocupações ambientais e indigenistas que recheiam as narrativas das ONGs verdes. A proximidade vem, contudo, com a narrativa do CMI sobre questões indígenas mundo afora; segundo seu próprio site, defendem a autonomia de povos que, segundo eles, foram historicamente oprimidos.

*The WCC [sigla do CMI em inglês] seeks to strengthen, initiate and nurture the Indigenous Peoples' global and regional networks, build capacities of regional and local-level leadership, support grassroots' movements for justice, development, land, identity and self-determination, enable the participation and contribution of the Indigenous Peoples in the life and ministries of the ecumenical movement and churches at various levels, and support the*

<sup>8</sup> Mais informações: PIB SOCIOAMBIENTAL. **Entrevista com Davi Kopenawa**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Noticias?id=72727>>. Acesso em 17 de nov. de 2018.

*participation of indigenous peoples in international meetings relevant to their struggle.* (WCC, disponível em: <https://www.oikoumene.org/en/what-we-do/indigenous-peoples>)

Apesar do cunho religioso, o CMI compartilha exatamente das mesmas preocupações que nutrem as narrativas de ONGs como a Survival International, como se pôde notar no trecho transcrito anteriormente. Latente a esta preocupação, é bastante provável que esteja os receios para com a soberania nacional em si; para exemplificar isto há um artigo de um dos primeiros representantes do CMI – antes de ser inaugurado oficialmente na década de 1940 –, Lord Lothian, cujo título *The Demonic Influence of National Sovereignty* (1937 *apud* CHAITKIN, 1998), por si só, expõe muito de seu pensamento e dos fundamentos do CMI. O sustentáculo, portanto, da narrativa do CMI é ameaça constante que povos minoritários historicamente oprimidos, como afirmam, sofrem de estados soberanos. Tal estória explica bastante o envolvimento da organização na revolta insurgente zapatista, cuja já citada finalidade de autonomia figurava entre as principais.

A proximidade do CMI com membros da Igreja Católica veio após o Concílio Vaticano II, onde as relações de ambas instituições aumentaram<sup>9</sup>; o que significa que um canal de comunicação fora aberto entre seus membros. Foi aí talvez, conjeturo eu, onde sacerdotes seguidores da Teologia da Libertação iniciaram cooperações com o CMI.

Para não delongar muito num tema vasto e amplamente debatido, a Teologia da Libertação defende uma nova práxis da fé cristã, para que esta leve os que a tem a lutarem por uma sociedade mais justa e, principalmente, mais igualitária<sup>10</sup>. A sua forte influência recebida do marxismo explica bastante o fato de Menna Barreto ter visto-a como uma intervenção vinda do leste. De qualquer modo, preocupações de ordem ambiental compõem parte da narrativa de seus seguidores; para ilustrar: Leonardo Boff, um dos maiores divulgadores da TL no Brasil, escreveu um livro chamado *Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres*, lançado em 1995, no qual o

<sup>9</sup> Mais informações em: WCC. **History**. Disponível em: <<https://www.oikoumene.org/en/about-us/wcc-history>>. Acesso em 18 de nov. de 2018.

<sup>10</sup> Mais informações em: AQUINO, Felipe: **Joseph Hatzinger: Eu vos explico o que é a Teologia da Libertação**. Retirado do site do professor de História da Diocese de Lorena, Felipe Aquino. Disponível em: <<https://cleofas.com.br/eu-vos-explico-o-que-e-a-teologia-da-libertacao/>>. Acesso em 18 de nov. de 2018. Neste artigo o Papa Emérito Bento XVI explica profundamente a Teologia da Libertação em relação à Fé Católica, expondo ferrenhamente suas contradições e perigos para com a mesma.

próprio título sugere o casamento entre as narrativas de ordem ambiental, social e religiosa.

Esses três pontos supracitados – meio ambiente, sociedade e religião – também estão enraizados nas narrativas do Conselho Indigenista Missionário; sua própria criação se deu em cima deles.

*Criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. (CIMI, <https://cimi.org.br/o-cimi/>)*

Como da narrativa se desprende também os objetivos que guiam uma organização como esta, os do CIMI são:

- respeito à alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural e histórica e valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas;
- protagonismo dos povos indígenas, sendo o CIMI um aliado nas lutas pela garantia dos direitos históricos;
- a opção e o compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural.” (CIMI, <https://cimi.org.br/o-cimi/>)

Os padres seguidores da Teologia da Libertação que atuavam junto aos índios em Roraima mostraram-se adeptos, na prática, de tais princípios. Ao topar com uma índia revoltosa, num cenário que tinha a presença física dos padres que andavam causando rebuliço na região, Menna Barreto ouviu dela que aquela terra de uma fazenda invadida por eles na verdade os pertencia desde antes à chegada de Cabral, que ali não era Brasil, em vez das leis do Brasil, predominava as palavras do tuxaua (espécie de líder indígena) (BARRETO, 1995). Observa-se aí a absorção feita pelos indígenas da narrativa empregada pelos padres da região, pois dizer que as terras invadidas não pertenciam à jurisdição brasileira, mas sim a ordens vindas do topo da cadeia hierárquica tribal era o mesmo que, na prática, declarar sua autonomia política. O fato de haver uma presença física de um padre na cena, e de que tais acontecimentos – ou declarações semelhantes – não serem vistas em anos anteriores às chegadas desses sacerdotes, endossam tal absorção; demonstrando o

poder da narrativa de converter adeptos à sua causa (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

O CEDI<sup>11</sup>, outra organização religiosa ecumênica sem vínculos com hierarquias das igrejas às quais pertenciam seus membros, possuía também narrativas voltadas ao meio ambiente e os indígenas; destaca-se que este fora uma das primeiras ONGs brasileiras, cuja já mencionada criação recebeu patrocínio do CMI (CARRASCO, 2004). Sua visão sobre a situação dos povos indígenas à época em que a campanha ianomâmi começava ganhar notoriedade era a seguinte:

*A conformação desse trabalho remonta ao início dos anos 70. No auge da ditadura militar, o lançamento do Plano de Integração Nacional pelo governo brasileiro implicou a implantação de projetos econômicos e estradas na Amazônia, assolando territórios de povos indígenas ainda isolados da sociedade nacional. Naquela época, a situação dos índios era desconhecida por parte da opinião pública, do Estado implementador de políticas públicas e da própria antropologia, cujos especialistas dispunham de informações desatualizadas, parciais e desiguais sobre um arco reduzido de povos indígenas da Amazônia.*

*Foi nesse contexto que começou a se consolidar uma extensa rede de colaboradores, voluntários, não só para “colocar os índios no mapa do Brasil”, mas também para apoiá-los em seus projetos. (ISA, [https://pib.socioambiental.org/pt/Quem\\_somos](https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_somos))*

Fecha-se assim a tríade de cunho religioso que compunha a rede do Caso Ianomâmi. Vê-se que, apesar das narrativas religiosas não serem comungadas pelos ativistas verdes comuns, a parte delas que tange a preocupação ambiental e indígena fez com que fosse fácil a aproximação para com a SI e a CCPY. A narrativa fez com que padres, missionários e ativistas se vissem com um propósito comum que era a causa ianomâmi.

#### **8.2.4 A Narrativa Maior**

A narrativa ianomâmi era empregada ao mesmo tempo em que narrativas ambientais estavam em voga no mundo, e recebiam ampla cobertura midiática. Logo, muitos andavam preocupados com tais questões; a Amazônia era incluída

---

<sup>11</sup> Mais informações em: PERRUSO, Marco Antônio. **Em Busca do “Novo”**: Intelectuais Brasileiros e Movimentos Populares nos anos 1970/80. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. No capítulo 2 desta tese de doutorado há uma boa explicação sobre as raízes do CEDI.

como uma delas, sua preservação era tida como uma das prioridades da agenda ambientalista, e quaisquer ameaças a isso ganhavam ampla cobertura midiática. Para não mencionar jornais já estabelecidos mundialmente, como El País, New York Times, Washington Post, Le Monde etc., utilizo o exemplo de um jornal japonês, Asahi Shimbun, que, quando da morte de Chico Mendes em 1988, soltou um enérgico editorial dizendo que todos queriam ter um ar mais limpo (CARRASCO, 2004), fazendo a conexão entre a preservação da Amazônia e o equilíbrio ecológico global.

A narrativa ianomâmi então logo foi inserida neste contexto, para que mais pessoas se sensibilizassem por sua causa, apoiando-a mundo afora, desde ativistas até simples cidadãos de outros países; a intenção é fazer com que a opinião pública global fique favorável a seus objetivos (ARQUILLA; RONFELDT, 2000), o que muito os ajuda quando empregam suas estratégias de campanha. O livro de Kopenawa novamente exemplifica bem a junção da questão ianomâmi, da preservação da floresta aos problemas de ordem mundial.

*A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar.* (ALBERT; KOPENAWA, 2015, p.6)

Deste modo, o potencial da narrativa foi amplamente aumentado, e mostrou-se eficiente perante a década de pressões pela qual o Brasil passou nos anos 80.

Antes que se passe a outro nível de análise, foi possível notar ao longo da cronologia dos acontecimentos junto a esta análise do nível narrativo da rede que, além das funções identitárias e motivadoras desempenhadas pelas estórias contadas pelos ativistas da rede, havia também a função de embasar as políticas públicas pelas quais se clamavam. Explico-me: se Menna Barreto estava certo ao longo de seus primeiros capítulos, de que não havia uma etnia chamada ianomâmi, nem sequer um grupo de etnias, então a existência ianomâmi se dava apenas nas narrativas, não no fato concreto; e como as ONGs pediam que um território fosse

demarcado em sua defesa – é o que as moviam – e conseguiram que vários atos oficiais do Governo Federal mencionassem explicitamente os ianomâmis. Logo, as narrativas motivaram e embasaram as políticas do Poder Público para com a região. Deixo esta hipótese e outra: como ativistas iriam criar algo para acreditarem e moverem-se ao mesmo tempo? Portanto, é verossímil que uns deveriam saber – os criadores da narrativa – e outros não – os demais ativistas –; o que leva a mais uma hipótese: a de que os criadores da narrativa possuíam outros interesses na região que não a defesa dos ianomâmis, afinal, não iriam criar uma narrativa para motivarem-se, seria como criar um problema imaginário e destinar uma vida para resolver. Como há uma incontestável riqueza mineral na região, dá pra se ter uma noção dos verdadeiros objetivos (FREGAPANI, 2011).

### 8.3 A Doutrina

As entidades que compõem uma rede possuem um modo de atuar específico; muito embora nódulos da rede possam especializar-se em determinadas tarefas, eles compartilham com os demais princípios, práticas e estratégias. Tal compartilhamento é que permite que esses mesmos nódulos da rede atuem de modo quase independente, pois sabem o que fazer (ARQUILLA, RONFELDT, 2000). Se, por exemplo, um grupo de ativistas pertencentes à ONG Y, cuja doutrina – princípios de ação – não compreende atos violentos, forem responsáveis por um atentado contra uma empresa mineradora, haverá conflitos internos ao ponto de gerar uma segmentação, isto é, uma nova entidade (GERLACH, 1973 [2000]).

O caso do Greenpeace, WWF e a ONG Earth Liberation Front ilustra bem a diferença entre doutrinas. O Greenpeace tornou-se famoso por suas ações chamativas contra instituições que considera ameaças ao meio-ambiente, não é atoa que um de seus maiores símbolos são seus navios, que atuam em águas internacionais contra a pesca de baleia<sup>12</sup>; no Brasil, inclusive, foram notórias as manifestações realizadas por ativistas desse grupo contra a expansão do uso da

---

<sup>12</sup> Mais informações em: GREENPEACE, **Navios**. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/explore/navios/>>. Acesso em 18 de nov. de 2018.

energia nuclear pelo país, ocorridas em Angra<sup>13</sup>. Ao passo que o WWF é menos enérgico em suas ações; mais sutil, a organização atua apoiando financeira ou politicamente iniciativas que lhes convém de acordo com seus objetivos; a Survival International é um exemplo claríssimo disso. Desde já notasse a diferença dos princípios de ação das duas entidades, porém, por mais que existam estas diferenças, mais distantes ainda de seus princípios está a ONG Earth Liberation Front. Esta, de tão perigosas ações – atuante principalmente nos EUA –, chegou a ser considerada uma organização terrorista pelo FBI<sup>14</sup>. É óbvio: tão nítida é a diferença de estratégias utilizadas para alcançarem seus fins, que não é necessário ressaltar que as doutrinas lhes são diferentes.

As doutrinas das principais organizações envolvidas no Caso Ianomâmi não diferem muito entre si, todas, como temos visto, são fortemente baseadas no uso da informação como arma principal.

A grande evolução tecnológica no ramo de comunicações e informação da segunda metade do século XX, principalmente em suas três décadas finais, foi notória. Entre as suas inúmeras consequências para a sociedade como um todo, a que nos interessa foi a grande contribuição dada para que grupos políticos independentes de governos juntassem forças por causas compartilhadas e contra inimigos comuns (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Em suma, foi o grande salto tecnológico em quesitos de informação que permitiu o surgimento das redes: a capacidade de comunicação incrementada permitiu que ativistas conectassem-se uns com os outros mesmo que a enormes distâncias, formando *links* de cooperação e atuação a nível global; a solidariedade entre ativistas de movimentos sociais no geral – não somente ambientalistas – fez com que um emaranhado político surgisse com enorme capacidade de coerção contra adversários (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

Os novos meios de comunicação e informação que em intervalos de tempo relativamente curtos também passaram a ser utilizados como arma, não só apoio; e também não apenas mais uma arma, mas a principal (ARQUILLA; RONFELDT,

---

13 O GLOBO. **Jovens do Greenpeace e ambientalistas fazem manifestação contra Angra III**, 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/jovens-do-greenpeace-ambientalistas-fazem-manifestacao-contr-angra-iii-2775762>>. Acesso em: <18/11/2018>.

14 JARBOU, James F. **The Threat of Eco-Terrorism**. FBI, 2012. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20040714065542/http://www.fbi.gov/congress/congress02/jarboe021202.htm>>. Acesso em 19 de nov. de 2018.

2000). O poder de dissuasão permeado no potencial midiático despertou diversas organizações para utilizá-lo como poderoso meio de disseminação de suas narrativas, de modo a sensibilizar milhões com elas e angariar apoios para suas causas pelo globo (ARQUILLA; RONFELDT, 2000); por isso é que ações orquestradas por redes vêm acompanhadas por estrondosos ruídos midiáticos, como o do qual o Brasil foi vítima quando da morte de Chico Mendes. Isto faz com que, essencialmente, conflitos envolvendo redes sejam baseados em conflitos de informação, em que narrativas predominantes é que vencem a guerra (ARQUILLA; RONFELDT, 2000); ora, se ativistas resolvem enfrentar seus inimigos, muitas vezes poderosos como estados, à maneira tradicional, suas chances de vitória seriam mínimas, mesmo que municiados de poderosas estratégias bélicas. O caso zapatista mostra como seria um conflito contra um estado caso todo um aparato informacional não fosse mobilizado: um massacre; o Exército Mexicano acumulava vitórias sucessivas contra o ELZN quando as entidades e mais entidades começaram a contra-atacar o Governo mexicano pelos seus atos, fazendo o jogo virar a favor do movimento zapatista (ARQUILLA; RONFELDT, 2000).

Não se sabe ao certo quais meios tecnológicos foram utilizados pelos ativistas, além, claro, da mídia, tanto publicada como transmitida, na guerra de informação, visto que à época o acesso a computadores e a internet – que viriam a largamente utilizadas pelos ativistas e zapatistas posteriormente, no México – era limitado. Sabe-se somente que os boletins urgentes da Survival International, e depois também da CCPY, eram destinados a um público selecionado (CARRASCO, 2004), muito provavelmente de ativistas pertencentes a diversas ONGs. De qualquer modo, foi eficiente, pois desde que começaram a serem usados, mais organizações começaram a apoiar, ainda que episodicamente.

Essa guerra de informação empunhada pelas ONGs visando sensibilizar opiniões em escala mundial a seu favor, sobre o que andava acontecendo em relação ao meio ambiente no Brasil, foi um apelo a grupos organizados e espalhados ao redor do mundo para que estes chamassem a atenção de governos de outros países e da sociedade em si; as consequências disto são vastas, mas afetam por exemplo a imagem do país perante o mundo: outros países, investidores, órgãos financeiros internacionais etc. Noutras palavras, as ONGs desejavam atingir o que se chama de “sociedade civil global”, que são organizações não estatais que desejam integrar-se à governança de seus países, para além de entidades

governamentais e membros daquilo que se chama mercado, e comungam de valores universais, como os direitos humanos, proteção ao meio ambiente, liberdades civis etc. (ARQUILLA; RONFELDT, 2000). Um dos reflexos dessa estratégia pode ser visto com a OXFAM, ONG já mencionada que não estava participando ativa e diretamente com a campanha de demarcação ianomâmi, fez uma ação junto ao Governo inglês, junto a Survival International e o CIIR, em favor da causa ianomâmi, para que este utilizasse de seu aparato diplomático e contatasse o Brasil para lidar com esses assuntos. Em outubro do mesmo ano, a ministra do Desenvolvimento Internacional inglesa, Lynda Chalker, visitou o Brasil e, entre outras coisas, tratou do assunto (CARRASCO, 2004).

Tais tipos de ações são largamente conhecidas nos EUA como *advocacy*, onde membros da sociedade civil organizados esforçam-se para promover uma causa, mudando a percepção pública, por exemplo, ou legislações sobre o assunto; quando uma *advocacy* é focada em mudanças na lei, é que a conhecemos como *lobby* (BRELÀZ, 2007). Os ativistas dedicados à demarcação das terras ianomâmis utilizaram-se largamente dessa prática; além do episódio do parágrafo anterior, muitos de seus objetivos foram alcançados com base na adoção de práticas de *advocacy*, de um modo geral, e *lobby*, em casos específicos, como os que lograram aumentar e posteriormente unificar as terras ianomâmis mediante portarias.

De um modo geral, os ativistas que soubessem agir mediante práticas de *advocacy*, e *lobby* – para os que tinham tal meio ao alcance – o fizeram justamente por compartilhar da doutrina que guiam seus semelhantes. Para ilustrar, há a possibilidade do INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos, entidade ligada ao CIIR – ter feito *lobby* em favor da causa ianomâmi junto ao Governo Federal, em Brasília. José Carlos Libânio, um dos então coordenadores do INESC, acompanhou o primeiro-ministro canadense, Pierre Trudeau, em visitas aos ianomâmis (CARRASCO, 2004).

Além dos ativistas ambientais e indigenistas, os sacerdotes da teologia da libertação, ligados ao CIMI, membros do CEDI, cujos apoios vinham do CMI, também atuavam mediante *lobby*, apesar de não haver evidências de terem-no utilizado em favor da causa ianomâmi. Utilizaram, outrossim, quando dos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1988, para introduzir conceitos advindos de suas narrativas em trechos da Constituição de 88 que tangiam os indígenas do Brasil; trabalho feito principalmente por meio do deputado Marcio Santilli, que foi membro

do CEDI, presidiu a FUNAI e posteriormente tornou-se deputado federal (CARRASCO, 2004).

Por outro lado, os membros dessas entidades com cunho mais religioso, faziam um trabalho de base que pode se dizer bastante diferente dos demais ativistas. Não que alguns destes não tenham entrado com índios, pelo contrário: o fizeram; mas foi justamente a chegada dos sacerdotes às terras roraimenses que causaram por lá instabilidades não antes vistas, nem mesmo com os missionários protestantes. Conta-nos o site da Diocese de Roraima<sup>15</sup> que o bispo anterior à chegada de Dom Aldo Mongiano já fazia uma atuação próxima aos índios, indo catequizá-los em seus territórios. Queria ele ou não ter atuado em favor dos objetivos da rede, o fato é que acabou preparando o solo para que Dom Aldo Mongiano e sacerdotes a ele ligados passassem suas narrativas aos índios, como conta Menna Barreto durante o capítulo 11 de seu livro (BARRETO, 1995), no qual indígenas da etnia ingaricó – alheios aos ianomâmis –, invadiram terras privadas, instigados por padres, cenas que eram comuns à época na região. Isto mostra que a atuação desses sacerdotes revela-lhes diferenças na doutrina em relação aos demais ativistas, sendo esta mais enérgica, de ação frontal.

Restam apenas os missionários do MEVA instalados na área desde meados da década de 50. Suas doutrinas permanecem misteriosas à medida que não se sabe ao certo suas reais intenções ao instalarem-se na área: se catequizar os índios, se defender demarcações e expansão da autonomia política das tribos, ou mesmo ambas as opções. Por isso, quaisquer análises de suas doutrinas sem mais dados seriam meras conjecturas.

---

15 DIOCESE DE RORAIMA, **História**. Disponível em: <http://diocesederoraima.org.br/index.php/diocese-2/historia/>. Acesso em 19 de nov. de 2018.

## Conclusão

Após longa e vasta análise, é hora de se olhar a rede como um todo. Observar, separadamente, a organização, narrativa, doutrina de uma, depois da cronologia dos acontecimentos é uma metodologia que ajuda a dissecar os nós do emaranhado político que é uma rede.

Ao cabo de tudo, viu-se que as revoluções tecnológicas informacionais fizeram com que o movimento ambientalista, que já vinha tomando forma desde as décadas de 50 e 60, fora elevado à sua enésima potência, capacitando-o a exercer pressões jamais imaginadas contra Estados nas décadas que viriam; mantendo-se de pé e vivo até os dias de hoje. O que era para serem apenas entidades esporádicas, conectadas por laços sociais submetidas às variáveis das localidades, ganhou um imenso poder de conexão, espalhando seus tentáculos e narrativas mundo afora; mesmo que amorfa, a rede sustenta em si capacidades de articulação quase inconcebíveis.

Longe de tratar-se apenas de conceitos abstratos e entidades nebulosas, que só recebem autorias e acusações, sem nunca conhecermos-lhes os rostos, os atores por trás da rede são agentes reais, políticos, racionais, que se utilizam de meios a seu alcance para fazer valer sua vontade perante a sociedade; desde as fundações que financiam a rede – esta que tratamos, pigmentada de verde –, passando pelas ONGs globais, regionais e locais, até seus colaboradores episódicos. Com os recortes que tornaram possíveis, fez-se a análise de um caso concreto, o Ianomâmi, assim, com letra maiúscula, dada suas dimensões e importância; viu-se assim uma rede em ação.

Após todo o olhar amplo lançado aos acontecimentos, é possível notar que era quase impossível a um mero oficial das Forças Armadas, como Menna Barreto, dispondo apenas de preocupações patrióticas, saber o que estava a acontecer no norte de Roraima e Amazonas. Mesmo com vasta gama de dados dispostos por Lorenzo Carrasco e a metodologia efficientíssima elaborada por Arquilla e Ronfeldt, é difícil estabelecer com precisão a amplitude e capacidade da rede responsável pelas pressões para que o governo brasileiro demarcasse as terras indígenas ianomâmis em suas proporções. Ressaltando que, todas estas longas páginas foram dedicadas ao capítulo estadual, de uma trama nacional e internacional; ora a porção da reserva pertencente ao território venezuelano fora demarcada quase concomitantemente à

porção brasileira: quais foram as entidades que lá atuaram? Quais seus nomes, nomes de seus atores, evangelistas? Quais as particularidades locais às quais as ONGs tiveram de adaptar-se? E assim por diante seguem as inúmeras perguntas a serem respondidas, para que, com firmeza, tenha-se a noção da real proporção da “operação ianomâmi” deflagrada por ONGs da rede. Como o trabalho é longo e exaustivo, contento-me com os versos brasileiros dessa epopeia.

Tudo começou com os missionários protestantes do MEVA, aportando-se no local a fim de catequizar e converter indígenas ao cristianismo; em meio a eles, ativistas, pesquisadores e membros do SIL, famosos por suas traduções bíblicas, iam apaziguando os ânimos de tribos espalhadas na região que compreende o sul venezuelano, nordeste amazonense e norte de Roraima, muitas delas ainda hostis a presenças de forasteiros. Junto a eles, os padres seguidores da teologia da libertação iam fazendo o trabalho de base também, muito embora ora ou outra se estranhavam com os protestantes, seus frutos conjuntos foram essenciais para que ativistas indigenistas e ambientalistas nutrissem suas ONGs e respectivas narrativas.

Apesar de ser conjectura, há fortes chances de que os missionários foram, por assim dizer, parasitados por outras organizações, principalmente o SIL. Digo isto me baseando nas acusações feitas por ativistas verdes contra a destruição das culturas indígenas pela introdução do cristianismo no norte brasileiro, feitas principalmente depois que os frutos da relação entre missionários e indígenas já havia sido colhidos. Kopenawa traz no bojo de seu livro acusações assim, bem como o próprio CMI, quando de sua Conferência de Barbados.

De qualquer modo, ativistas como Robin Hanbury-Tenison e Kenneth Taylor, motivados pela enorme ONG chamada WWF, conseguiram com assombrosa eficácia fincar as bases locais do movimento mundial. Arquilla e Ronfeld já tinham percebido: as ONGs comungavam de valores globais, mas que necessitavam ser adaptados situação a situação, e o capítulo roraimense havia de chamar, sob a égide da Survival International, Ianomâmi. Tem-se aí o início da fundação do aparato que cresceria bastante nas décadas seguintes. Os recursos iniciais vieram do WWF, junto a eles todas as ligações sociais com importantes nomes da rede ambientalista global; mas mesmo assim não havia subordinação; é possível dizer que a SI tinha quase total autonomia de atuação dentro da agenda, que consistia na campanha para que uma reserva ali fosse demarcada. Tão logo estabelecida, começou a agir:

sua doutrina de ação – baseada na guerra informacional, *advocacy* e *lobby* – foi posto em prática junto a uma narrativa que a conectou perfeitamente com a rede verde mundial: a de que havia uma etnia indígena em remotas áreas brasileiras sofrendo ações atroztes do governo, garimpeiros, madeireiros e fazendeiros, os dois primeiros principalmente. Se verdade ou desinformação pura, não cabe aqui discutir, Menna Barreto cria na segunda hipótese.

A doutrina e a narrativa funcionaram, notórios atores como Andujar e Bruce Albert começaram a atrair-se; junta-se isto ao momento que o mundo vivia. Mesmo com as reações do Governo Federal, os grandes ares verdes que vinham de ventos do ocidente alimentaram as ONGs e deram-lhe capacidades de incrementar seus potenciais. A narrativa já estava estabelecida: os ianomâmis precisavam de ajuda. Poderia expulsar-se, prender, proibir ou censurar manifestações sobre, mas ela já estava fincada de modo que, as entidades que compõem a dita sociedade civil global não iriam deixar barato. Fossem quais fossem suas intenções – ou apoderar-se dos minérios lá existentes, segundo os militares, ou defender a cultura e preservar o meio ambiente, como diziam os ativistas – a demarcação da reserva ianomâmi havia de ser feita.

Isto só era possível justamente porque, por mais que figuras e figuras destacassem-se em meio à campanha, ela, em si, não pertencia a ninguém. Nem Robin Hanbury-Tenison, nem Andujar, nem Albert, nem sequer Kopenawa: a nenhum deles, especificamente, pertencia a bandeira ianomâmi, porque se tratava já de causa quase coletiva. Apagassem-lhes veríamos, com muita probabilidade, outra entidade ser fundada, conquanto a narrativa motivasse o suficiente a isto e uma ONG grande a ajudasse estabelecer-se. Por isso é tão difícil qualquer reação: CCPY e Survival International certamente estavam à frente de tudo, mas não se sabia exatamente se era a cabeça. É fácil, a depender de suas capacidades bélicas, enfrentar um inimigo hierárquico cuja cabeça é ocupada por um general e seus braços consistem em armas de fogo; mas como enfrentar-se-ia um inimigo amorfo, civil, cujas armas consistem – utilizando as palavras do rapaz do Greenpeace – em mísseis midiáticos, em bombas informacionais? Aliás, qual país já tinha enfrentado tal desafio antes?

Não obstante a aparente bagunça de atores, havia ainda outros, coadjuvantes, com papéis importantíssimos na trama, sob vestes sacerdotais, que causavam rebuliços na área a ponto de atrair a imprensa internacional para

fazendas do interior de Roraima. Com certeza CMI, CIMI, padres seguidores da teologia da libertação mais a ala indigenista e ambientalista do CEDI não foram o carro-chefe da campanha, mas poderiam facilmente ter assumido a esquadra caso os navios verdes afundassem. Estavam articulados, sem dúvidas, incrementando a capacidade de ação da rede como um todo, apesar da insuficiência de dados sobre os reais contatos e ligações entre eles e os membros da SI, CCPY etc., como relações sociais, por exemplo.

Tudo isso ocorria enquanto outros tentáculos, isto é, outras entidades verdes, miríades delas, lidavam com outros assuntos específicos espalhados pelo Brasil. Todas elas com ligações com a rede global, narrativas e doutrinas próprias, atuando em prol de seus objetivos inseridos em seus nichos, mas que como um todo, enchia o país de problemas de diversas naturezas. Dificultavam-se assim as relações brasileiras com o mundo, logo no período em que se encontrava, recheado de problemas de ordem econômica e política, ensaiando transitar para um regime democrático, e necessitando, mais do que nunca, ser bem quisto globalmente para angariar empréstimos e investimentos. À medida que os meios de comunicação em massa alardeavam para os quatro cantos, possíveis consequências catastróficas da não preservação do meio ambiente no Brasil, bem como dos enormes desrespeitos dos direitos humanos que aqui ocorriam, os governos que se sucediam tentavam, com base no possível, fazer concessões às demandas dos porta-vozes daquilo que parecia ser um eco mundial: as ONGs ambientalistas. Em meio a isso tudo havia os ianomâmis, clamando por respeito que poderia ser dado, principalmente, mediante a demarcação; Kopenawa ganhava visibilidade, atenção e apoio – que na linguagem da rede significava articulações –, e fazia, com eficaz uso da narrativa, a bandeira de defesa dos ianomâmis ser içada junto à bandeira de preservação da Amazônia. Em meio a tantas outras tribos que sofriam com invasões, investidas de garimpeiros, epidemias e desmatamentos, havia a deles que também precisava ser reconhecida e defendida.

O *advocacy* começou a dar resultados; ainda que o governo relutasse, concedendo a garimpeiros áreas aqui e outras ali a fim de continuarem seus ofícios de busca de ouro, a rede já estava demasiada grande; repelir a campanha de modo a cessá-la era tarefa quase impossível de fazer tendo em vista as proporções midiáticas e políticas que tomaram. O problema ainda permanecia basicamente o mesmo: como fazer com que interesses de governos permaneçam intactos, ao

menos metade de suas porções, perante uma miríade tão grande de atores civis, tão bem articulados e dispendo eficazmente de suas ferramentas comunicacionais? Vale lembrar que até o mais poderoso país do mundo, os EUA, deixaram uma guerra, na década de 60, por causa de pressões internas vindas principalmente de movimentos sociais, que causavam enormes murmúrios políticos. *It take networks to fight networks*, disseram Arquilla e Ronfeldt; mas à época, assim como hoje, só havia o velho estado nacional pomposamente chamado soberano, e seus lentos movimentos feitos mediante ordens e protocolos burocráticos.

Para completar o quadro, veio a morte de Chico Mendes: o pavio terminou de queimar. Explodiu a imagem brasileira já bastante abalada, era preciso recuperá-la para fazer negócios. Collor, representando o país acuado, nomeou atores da rede para seu gabinete para fazer as pazes com os ambientalistas, e mais concessões deveriam ser feitas se quisesse a reconciliação. Foi oferecido o sediar da conferência mundial voltada ao tema ambiental – Rio 92 – e outras coisas mais deveriam também o ser.

Enquanto uma ONG fazia pressão em Brasília, outra fazia pressão em Londres, Washington DC. Enquanto um punhado delas faziam protestos e conferências, outro punhado levava Kopenawa para sensibilizar os lugares que passavam pela causa. Enquanto os padres continuavam a atuar junto às bases para mantê-las ativas, as narrativas continuavam a ser massivamente repetidas e publicadas no país e no mundo. Todas essas atuações logo indicariam qual era a próxima concessão a ser feita pelo governo aos ambientalistas. De certo modo, a narrativa já estava tão bem estabelecida, e as movimentações das ONGs, tão numerosas – mas coordenadas –, davam a impressão de que era um movimento espontâneo; aos que estavam no poder e outros meros civis alheios a isso tudo realmente não era difícil ter-se a impressão de que se tratava de um movimento espontâneo, de uma demanda da opinião pública mundial ao Brasil.

Graças à autonomia das ONGs, seus gordos orçamentos, fortes ligações entre si e suas liberdades de, ao mesmo tempo em que uma publicava as narrativas com os títulos de Boletins Urgentes, outra organizava protestos, outra conferências, outras falavam com governos de outros países, tudo de modo sincronizado, a agenda avançou fortemente nos anos finais da década de 80 sem que o governo soubesse quem estava tocando-a. Ao final, parlamentares americanos, membros da imprensa nacional e internacional e, claro, poderosos ativistas, viram o príncipe

inglês dar uma volta amigável numa balsa no Rio Amazonas, com o presidente do Brasil, para pedir-lhe, pessoalmente, que a reserva ianomâmi fosse demarcada; mesmo que ela tivesse praticamente metade do tamanho de sua terra natal.

Findos os capítulos sobre a *netwar* no norte do Brasil, pode se comparar com mais clareza com o que houve no sul do México. Se bem nos lembrarmos do que descrevi, a grande revolta zapatista começou apenas com uma insurgência tradicional e tomou proporções jamais vistas pelo país e talvez pelo mundo. Recordemos por partes.

O contexto era de quase ausência estatal: Chiapas via missionários protestantes, refugiados guatemaltecos e penetrar-lhe as divisas, dum território que já continha ativistas e sacerdotes ligados à teologia da libertação. Além disto, históricas questões locais, como de terras, acirravam velhas disputas, nas quais os zapatistas estavam inclusos. Não sei por qual motivo, mas a insurgência começou. Subcomandante Marcos, líder do Exército Zapatista de Libertação Nacional, tinha sob si uma guerrilha fortemente eivada de princípios marxistas, operando sob conselhos de Mao e Che; hierárquica, portanto. Tudo indicava que seria uma revolta como as demais que houve no mundo: uma guerrilha se revolta contra um exército bem mais poderoso, em busca de seus objetivos, utilizando-se de táticas que geralmente se lhes dispõem exércitos menores.

E foi assim que começou. O Exército Mexicano, sem perder tempo em suprimir a guerrilha, começou a acumular seguidas vitórias contra os zapatistas. Eis que então ONGs – mexicanas, canadenses e americanas – adotaram a causa zapatista para si, enxergando-lhe não somente as demandas que faziam a guerrilha, mas uma chance de não só reparar injustiças de acordo com seus valores, mas também de alcançar espaço perante a governança do país, fincando um canal de comunicação e influência por sobre o Estado. Tão cedo entraram em cena as ONGs, e os motivos pelos quais lutavam o ELZN a princípio começaram a mudar: demandas como defesa dos direitos humanos, justiça social e preservação das culturas indígenas suprimiram as aspirações dos comandados de Marcos; sua insurgência havia tornado-se maior, o Movimento Zapatista. Ao contrário de suas guerrilhas espalhadas nas matas do estado, dispersa mas sob seu comando, e que vinham perdendo sucessivamente; as ONGs que abraçaram sua causa, sem líderes nem formato, sustentando-se fortemente por uma estrutura amorfa e até então desconhecida, começavam a vencer o Governo do México. Sem dar um só tiro, ou

melhor, sem possuir uma só arma, constrangeram-no a ponto de, mesmo sob extrema superioridade bélica, dialogar com os zapatistas; tudo isso com suas narrativas sendo bradadas a todos os ventos do Ocidente.

Para articularem-se uns com os outros, tanto os zapatistas quanto os ativistas que lhes ajudavam, necessitaram de um nóculo de convergência, encontrado na Arquidiocese de San Cristóbal, sob a égide de sacerdotes seguidores da teologia da libertação. Isto é que tornou que possível, que ONGs grandes, com alcance e influência globais como a Oxfam, conseguissem intervir com sucesso no que acontecia. As ONGs grandes e globais, por meio das pequenas e regionais, bem como pela arquidiocese, conseguiram contatar os insurgentes, e fornece-lhes, entre suprimento e informações, um apoio às suas causas.

Enquanto isso, as ONGs dispunham de quase todas as tecnologias de comunicação disponíveis à época para divulgar o quanto entendessem suas causas (narrativas). Os meios de comunicação, a grande mídia, por si, já seriam capazes de fazer enorme dando à imagem mexicana perante instituições internacionais e outros países; mas os ativistas também dispuseram de computadores, fax, internet e *tutti quanti* para que conseguissem o apoio da chamada sociedade civil global, que com eles comungavam muitos valores comuns. Não tardou até que um enxame de ativistas, até então dispersos pela América do Norte, concentrassem-se e adentrassem largamente o território mexicano para fornecer apoio ao Movimento Zapatista. Quando não havia esse *swarming* físico, vinha o virtual: e milhares de pessoas pelo mundo ficavam sabendo do que acontecia lá, sob a perspectiva das ONGs; alguns ajudavam a causa da maneira que podiam, como os ativistas que protestaram na frente de consulados mexicanos.

De qualquer forma, esse enxame de ativistas espalhando suas versões dos fatos fez com que o Governo do México cedesse o passo, e negociasse com o Movimento Zapatista, fazendo-lhe importantes concessões.

O que houve no México então foi uma revolta de guerrilheiros, armados à moda tradicional, mas que a vasta rede de ONGs mundiais, articuladas com redes locais e com a arquidiocese, transformou num mar de pressões contra o Governo, e bem coordenado, diga-se de passagem, o que era uma batalha quase perdida. Apesar das semelhanças das condições locais – missionários, ausência estatal, problemas fundiários etc. – no Brasil foram os ativistas quem começaram as movimentações que desembocariam na ampla campanha de demarcação ianomâmi.

Enquanto em Chiapas as ONGs adotaram uma insurgência em curso; em Roraima e no Amazonas, encontraram apenas índios de diversas tribos que tiveram de articular.

A semelhança vem apenas nos papéis episcopais, digamos assim, exercidos pelos religiosos seguidores da teologia da libertação. No Movimento Zapatista, foram quase fundamentais para que houvesse a articulação entre os ativistas e os insurgentes; o mesmo que no Caso Ianomâmi, que apesar de não terem assumidos tal protagonismo, foram bastante importantes no decorrer da campanha. Semelhantes também foram as causas, motivações e objetivos: ouvia-se em ambos lugares que os ativistas lutariam contra violações dos direitos humanos, preservação dos povos indígenas bem como autonomias maiores, proteção ao meio ambiente – este em menor escala no México – e assim por diante.

Esses motivos, causas, narrativas no geral, deram identidade aos movimentos, gerou um sentimento de solidariedade mútua que se espalhou por vários nódulos das redes; o que só foi possível graças aos instrumentos de divulgação disponíveis. Havia, contudo, um porém: a revolta zapatista, podendo ser encaixada ali nos anos iniciais da década de 90, começou quando quase toda a campanha de demarcação da reserva ianomâmi já tinha acabado e colhido seus frutos. O que significa que as ferramentas de comunicação estavam mais avançadas, abundantes e disponíveis aos ativistas no México do que no Brasil. Apesar da grande repercussão que os acontecimentos envolvendo os ianomâmis tiveram no mundo, ao ponto do príncipe britânico dar declarações sobre; foi muito mais fácil aos mexicanos utilizar-se desses até então novos meios que surgiam, como a internet, para incrementar seu poderio informacional. Graças a isto é que houve dois *swarming* contra o governo mexicano: um físico, com ativistas indo pessoalmente a Chiapas ou à capital mexicana lidar com o assunto; e um eletrônico, virtual, no qual, no conforto de seus lares e escritórios, outros ativistas realizaram ataques em prol da causa. O aparato tecnológico dos zapatistas superou o dos envolvidos com os ianomâmis, principalmente devido ao período em que aconteceu.

Mas de qualquer jeito, foi possível a ambos os movimentos fazer com que a sociedade civil global, isto é, grupos de *advocacy* ideologicamente semelhantes, formassem, nas palavras de Arquilla e Ronfeldt, a *forefront* da batalha contra os dois governos latinos. As operações de informação foram as principais também a ambos os casos, tendo sido, aliás, fundamentais: como articulariam-se as ONGs ou

enfrentariam um governo? Com armas não era possível, restava a guerra de narrativas, de informações. Quanto ao *swarming*, pode-se dizer que houve um eletrônico contra o Brasil, mas não há informações suficientes para afirmar se houve um de natureza física semelhante ao mexicano. Certamente o eletrônico, ou informacional, ocorreu após a morte de Chico Mendes e, portanto, envolvia em si muitas outras demandas, outras campanhas contemporâneas à campanha ianomâmi; ou seja, muitas entidades concentraram “fogo informacional” contra o Brasil, simultaneamente e dispersas pelo mundo inteiro; não via as mesmas tecnologias que os ativistas zapatistas viriam a usufruir, mas tinham potencial bastante danoso, principalmente as revistas e televisão, afinal é possível dizer também que o “efeito CNN” já existia.

Substancialmente, ambos os movimentos deram certo, atingiram seus objetivos: o Movimento Zapatista relegou grande autonomia a Chiapas, e os ativistas do Caso Ianomâmi conquistaram a homologação de 94 quilômetros quadrados de terra contínua. Não sei lá o que houve depois, se as entidades se dispersaram por outros objetivos, se continuaram a atuar por mais prerrogativas aos zapatistas; mas por aqui foi isto o que aconteceu: enquanto as entidades que deram apoio temporário dispersaram-se, focando em seus objetivos primários, mais específicos e demandantes de atenção, as principais – Survival International e CCPY – continuaram a atuar em temas relativos aos ianomâmis. Não cabe aqui investigar o que continuaram a fazer, pois o objetivo era chegar até a homologação da demarcação, outrossim, iria delongar muito.

Ao cabo de tudo, deixo aqui documentado o primeiro estudo sobre um caso de *netwar* no Brasil, tendo esperança que outros se lhe sucedam, mais profundos e acurados. Enquanto isso, mais e mais ações da rede verde deixam seus vestígios, aqui e no mundo.

## Referências

### LIVROS

ARQUILLA, John; RONFELDT, David (org). **Networks and Netwar: the future of crime, terror and militancy**. Santa Monica: RAND Corporation, 2001.

BARRETO, Menna. **A Farsa lanomâmi**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1995.

BRUCE, Albert; KOPENAWA, David. **A Queda do Céu**. 1. ed. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARRASCO, Lorenzo (coord.). **Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do Governo Mundial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2004.

CHAITKIN, Anton. **Treason in America: from Aaron Burr to Averell Harriman**. Washington D.C.: Executive Intelligence Review, 1998.

DEWAR, Elaine. **Uma Demão de Verde: os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios**. Tradução de Yara Nogueira, Gildo Magalhães e Geraldo Luís Lino. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2007.

FREGAPANI, Gélío. **A Amazônia no Grande Jogo Geopolítico: um desafio mundial**. 1. ed. Brasília: Thesaurus, 2011.

HUXLEY, Julian. **UNESCO: its purpose and its philosophy**. In: Preparatory Commission of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1946.

LUTZENBERGER, José. **Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro**. Porto Alegre: Editora Movimento/Editora da UFRGS, 1977.

### MONOGRAFIAS/TESES/ARTIGOS

AUGUSTO, Janaína. **José Antônio Lutzenberger: trajetória de vida, obra e contribuição para a causa ambiental no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

BRELÀZ, Gabriela. **Advocacy das Organizações da Sociedade Civil: principais descobertas de um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos.** In: XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro: FGV/EAESP, 2007.

GUIMARÃES, Maria, FIORAVANTI, Carlos. Thomas Lovejoy: cinquenta anos de Amazônia. **Pesquisa Fapesp**, ed. 230, abr. 2015.

PERRUSO, Marco Antônio. **Em Busca do “Novo”:** intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SCHWADE, Egydio e Doroti. **As Terras Waimiri-Atroari no Ciclo do Minério.** FUNAI, 1985.

CLUB OF LIFE WHITE PAPER. **International Bankers’ Real Agenda: Global Depopulation.** New Work, 1983.

## REVISTAS/PERIÓDICOS

BIGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.13-93, dez. 2007.

GUIMARÃES, Maria, FIORAVANTI, Carlos. Thomas Lovejoy: cinquenta anos de Amazônia. **Pesquisa Fapesp**, ed. 230, abr. 2015.

## RELATÓRIOS/DOCUMENTOS/FONTES PRIMÁRIAS

CLAY, Jason *et al.* Relatório da Comissão Especial da Associação Americana de Antropologia Sobre a Situação dos Ianomâmis do Brasil. **Associação Americana de Antropologia.** [S.l.: s.n.], 1991.

EUA. **Public-Law 91-190 of Jan 1, 1970.** National Environmental Policy Act. Disponível em: <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-83/pdf/STATUTE-83-Pg852.pdf>>. Acesso em 22 de nov. de 2018.

JARBOU, James F. **The Threat of Eco-Terrorism**. FBI, 2012.

ROGEDO, Isa Maria Pacheco. Identificação, Proposta de Delimitação e Demarcação de Terra Indígena, parecer nº 002, de 10 de Julho de 1991. **DOU Diário Oficial da União**. Publicado no D.O.U. de 25 de julho de 1991.